

DOSSIÊ TEMÁTICO

tertúlia

ISSN : 2594-455X- CENTRO BRASILEIRO DO ISSN

FEMI NICÍDIO

Organização do dossiê
Patrícia Rosas (DME/UFPB)
Fabrini Katrine (DME/UFPB)

Tema
Contemporâneo
Transversal (TCT)
na Educação de
Jovens e Adultos (EJA)

Empoderando pessoas através da leitura e escrita



CONSELHO EDITORIAL

Adail Sobral | Furg
Amasile Coelho L. C. Sousa | UEPB
Ana Lúcia Sousa Neves | UEPB
Ana Maria Machado | ABL
Bruno Gaudêncio | ALCC
Denise Lino De Araújo | UFCC
Fabrini Katrine da Silva Bilro | UFPB
Isabelle De Araújo Pires | SEECT-PB
Jairo César | SEECT-PB
João Wanderley Geraldi | UNICAMP
José Cristóvão Andrade | UEPB
José Helder Pinheiro | UFCC
José Hilton Silva Dantas | SEECT-PB
Josemir Camilo | ALCC
Jurani Clementino | ALCC
Leonor Werneck Dos Santos | UFRJ
Luciano Nascimento | UEPB
Luciene Maria Patriota | UFCC
Mailson Furtado Viana | CIA C. ARTE
Manassés Morais Xavier | UFCC
Marcos Bagno | UNB
Maria Augusta Reinaldo | UFCC
Maria Valéria Rezende | C. FEM. LITÉR.
Maricélia Ribeiro Jorge | Mochiler
Mirtes Waleska Sulpino | ABES
Monique Alves Vitorino | UPE
Patrícia Silva Rosas De Araújo | UFPB
Patrício Albuquerque Vieira | IFRN
Pedro Farias Francelino | UFPB
Renata Junqueira de Souza | UNESP
Sarah Rosas Silva | Mochiler
Vera Lúcia Batalha | UNITAU

EDITORAÇÃO | IDEALIZAÇÃO

Patrícia Silva Rosas de Araújo (UFPB)

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Isabelle de Araújo Pires (SEECT-PB/Mochiler)

DIAGRAMAÇÃO | CAPA

Sarah Rosas Silva



Projeto e realização MochiLER

Segmento - Educação

ANO 7 | Nº 11 | DEZEMBRO | 2024

MOCHILER - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

ISSN : 2594-4550

CENTRO BRASILEIRO DO ISSN

Central de atendimento

Paraíba (83)99942-1836

E-mail: revistatertulia17@gmail.com

Instagram: @mochiler.leitura

Parceria:

SENAI/PB - através da Plataforma de
Inovação para a Indústria



Distribuição e uso livre.
Imagens Canva

O conteúdo dos textos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial dos editores e nem do conselho editorial da Revista.



MochiLer tertúlia

Parceira
SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PELO FUTURO DO TRABALHO

FINALISTA
 **Jabuti**
EIXO INOVAÇÃO


FNLIJ
DESDE 1968



SUMÁRIO

08 APRESENTAÇÃO

09 ELEGIA AO SILÊNCIO
Isabelle de Araújo Pires

11 FEMINICÍDIO
SUBSTANTIVO MASCULINO
Patrícia Silva Rosas de Araújo (DME/CE/UFPB)

17 O TEMA DO FEMINICÍDIO NA EJA
Fabrini Katrine da Silva Bilro (DME/CE/UFPB)

21 OS TEMAS CONTEMPORÂNEOS
TRANSVERSAIS (TCTS)
Patrícia Silva Rosas de Araújo (DME/CE/UFPB)

25 EJA
PROJETOS INTERDISCIPLINARES PARA
SALA DE AULA

O MAPA DO FEMINICÍDIO NA PARAIBA
EM 2023 E INÍCIO DE 2024 **28**
GEOGRAFIA E MATEMÁTICA

FEMINICÍDIO NAS PÁGINAS DE
JORNAL: A NOTÍCIA QUE (NÃO)
PRECISAMOS LER! **38**
PORTUGUÊS E HISTÓRIA

CLIQUE E VAI PASSANDO! AS LEIS DE
PROTEÇÃO À MULHER EM POST DE
INSTAGRAM **50**
DIREITO E MÍDIA SOCIAL

AS FACES DO FEMINICÍDIO **60**
ARTE E EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL

SUMÁRIO

48 BREAKING NEWS

70 CICATRIZES INVISÍVEIS:
A REALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO
MERCADO DE TRABALHO
Isabelle de Araújo Pires

72 O PODER TRANSFORMADOR DO
POTENCIAL FEMININO
Fabiana Medeiros Hiluey Agra

74 ARTE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
MULHERES
Illian Narayama Rocha Oliveira

77 OS ATUAIS SOFRIMENTOS DA
MULHER NO MUNDO DO TRABALHO
Josiplessis Barros Pontes Marques

VOCÊ CONHECE A COMU? **80**

37 (GRANDES MULHERES)
ANNE SULLIVAN

47 (GRANDES MULHERES)
SÔNIA GUIMARÃES

59 (GRANDES MULHERES)
CLARICE LISPECTOR

68 (GRANDES MULHERES)
VALENTINA TERESHKOVA



“

Precisamos

Fazer falar o

Silêncio.”

Cida Bento



Apresentação

Esta edição da Tertúlia aborda um dos temas mais urgentes e relevantes na sociedade contemporânea: o feminicídio. Dedicado a professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), esta edição é uma ferramenta pedagógica estruturada para facilitar o debate e a conscientização sobre esse tema crucial nas salas de aula. Embora tenha foco na EJA, a edição traz projetos pedagógicos que podem ser adaptados para todos os níveis de ensino.

A Revista oferece abordagens teóricas e práticas que integram a transversalidade do tema de maneira dinâmica e acessível, possibilitando que alunos e alunas compreendam a gravidade do feminicídio e se engajem em propostas de prevenção.

A edição está organizada em duas partes complementares: A primeira discute a importância de abordar o feminicídio no contexto educacional, explorando a transversalidade do tema em diferentes disciplinas, à luz da legislação em vigor. Discute-se ainda a Lei do Feminicídio e as estatísticas do 18º Anuário Brasileiro da Segurança Pública que trazem à tona um aumento alarmante de diversos tipos de violência contra as mulheres.

A segunda parte apresenta projetos interdisciplinares sobre o tema que foram planejados em oficinas com estudantes de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação de professores experientes na área. Os projetos foram desenvolvidos para promover a análise crítica e estimular o debate sobre o tema em sala de aula. Com propostas práticas, a Tertúlia oferece um guia completo para que os professores possam adaptar e aplicar as atividades de acordo com as especificidades de suas turmas.

Após as propostas interdisciplinares, convidamos mulheres em posições de liderança para debater sobre a violência contra a mulher no mercado de trabalho. Essa discussão, altamente relevante, dialoga diretamente com o público-alvo da EJA, considerando que nossos jovens e adultos estão inseridos no contexto profissional.

Por fim, a edição "Feminicídio: Como Tema Contemporâneo Transversal (TCT) na Educação de Jovens e Adultos (EJA)" é, portanto, um convite para transformar o espaço educativo em um ambiente de reflexão e mobilização, onde o respeito e a igualdade de gênero sejam valores fundamentais. Esperamos que esta edição da Tertúlia seja um instrumento poderoso para educadores e educadoras comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e segura para todos.

Equipe editorial



Isabelle de Araújo Pires

Sob a sombra de tempos vis e frios,
ergue-se a lápide da dor silente,
onde ecoam gritos, sem nome, sem brios,
em noites veladas por mãos clementes.

O silêncio, em seu trilho apontado,
caminha a fio de lâminas cegas,
a linha tênue entre o amor e o medo,
sob o olhar turvo, de promessas marcado.

Antigo silêncio que se veste de dor,
tecido em sombras de vozes caladas,
é a mudez em séculos de horror,
oculta em olhares, em chagas veladas.

Seguem mulheres – invisíveis aos dias,
presas num tempo que as amordaça,
caminham com almas feridas, contidas,
em passos que ecoam na noite devassa.

São fêminas sombras que pedem clemência,
almas que carregam em si uma guerra,
lutando sozinhas, em sutil resistência,
escondendo seus gritos na poeira da terra.

E quem ouvirá os murmúrios quebrados,
as dores profundas que o silêncio encerra?
Quem rasgará o véu que cobre essa história,
quem dará voz ao que a noite enterra?

Ó dor emudecida, voz sufocada,
que clama em segredo por ser escutada,
rompa as correntes que prendem o grito,
traga à luz a quem foi apagada!

E que a palavra, erguida em lamento,
seja o cântico novo, a coragem, o vento –
a força que nasce do peito em ferida,
e faz do silêncio um clamor pela vida!

Erijam-se versos, não mais sepulcros;
firmes palavras como o mármore eterno,
a despertar consciências de mundo imundos
rompendo correntes do ódio e do inferno.
Que o silêncio se faça euforia,
um brado de vida, um clamor pela paz,
onde cada mulher que a vida refaz,
erga-se e aplaque a vil tirania.



Elegia ao Silêncio

Isabelle Pires | @isabelle_pires_oficial



O FEMINI CÍDIO

“A vida começa quando a violência acaba.”

Maria da Penha

Feminicídio

substantivo masculino

Patrícia Silva Rosas de Araújo (DME/CE/UFPB)

O 18º Anuário Brasileiro da Segurança Pública traz à tona um aumento alarmante de diversos tipos de violência contra as mulheres. A Paraíba, por exemplo, mostrou um aumento preocupante em todas as modalidades de violência contra mulheres. O estado registrou a maior alta do país no número de ameaças contra mulheres, com um crescimento de 61,6% entre 2022 e 2023. O feminicídio cresceu 30,8%, enquanto a tentativa de feminicídio aumentou 25%. As agressões decorrentes de violência doméstica subiram 19,1%, e os casos de perseguição e violência psicológica aumentaram 53,7% e 52,3%, respectivamente. Estes dados não refletem apenas a gravidade da situação, mas também indicam uma tendência preocupante de escalada da violência, destacando a necessidade urgente de medidas eficazes para combater e prevenir esses crimes.

O feminicídio é um crime hediondo que consiste no assassinato de uma mulher por razões da condição de sexo feminino. Isso significa que o crime é motivado por a) *violência doméstica e familiar*, quando o crime ocorre no âmbito das relações domésticas ou familiares; b) *menosprezo ou discriminação à condição de mulher*, quando o crime é motivado por ódio ou discriminação contra mulheres e c) *relação de poder ou subordinação*, quando o crime é cometido por alguém que exerce ou já exerceu poder sobre a vítima.

No Brasil, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) foi um marco importante na criminalização e no combate a esse tipo de violência. Esta lei introduziu o feminicídio como uma circunstância qualificadora do homicídio no Código Penal Brasileiro. A inclusão no Código Penal permite que assassinatos de mulheres motivados por questões de gênero recebam penas mais severas, refletindo a gravidade do crime e a necessidade de um tratamento jurídico específico.

A pena para o feminicídio é mais grave do que a pena para o homicídio simples. A Lei do Feminicídio prevê reclusão de 12 a 30 anos. Além disso, o crime de feminicídio é considerado hediondo, o que impede a concessão de benefícios como liberdade condicional e progressão de regime. No entanto, foi sancionada recentemente a Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024, que trouxe importantes mudanças na caracterização do feminicídio no sistema jurídico brasileiro, com o objetivo de prevenir e combater a violência contra a mulher. A partir dessa nova legislação, o feminicídio passa a ter pena exclusiva, variando entre 20 e 40 anos de reclusão. Além disso, o crime de feminicídio é considerado hediondo, o que impede a concessão de benefícios como liberdade condicional e progressão de regime.

Art. 121 A, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime é praticado: (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)

I - **durante a gestação, nos 3 (três) meses posteriores ao parto ou se a vítima é a mãe ou a responsável por criança, adolescente ou pessoa com deficiência de qualquer idade;** (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)

II - **contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental;** (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)

III - **na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima;** (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)

IV - **em descumprimento das medidas protetivas de urgência** previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)

V - nas circunstâncias previstas nos incisos III, IV e VIII do § 2º do art. 121 deste Código. (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)





Em 2024, o 18º Anuário Brasileiro da Segurança Pública revelou que 90% dos assassinatos de mulheres são homens. Entre os casos de feminicídio, 63% são cometidos por parceiros íntimos, 21,2% por ex-parceiros e 8,7% por familiares. Em 2019, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) já apontava que os homens foram responsáveis pela violência física em 52,4% dos casos, pela violência psicológica em 32,0% dos casos e pela violência sexual em 53,3% dos casos. Além disso, a violência ocorre com mais frequência dentro de casa.

Estes dados revelam dois aspectos importantes. Primeiro, a localização onde a violência ocorre. As pesquisas mostram que a violência acontece com maior frequência dentro de casa. Isso é corroborado pelos dados das mulheres assassinadas cujas histórias apresentamos, das quais 73,91% foram mortas em casa e 26,09% foram assassinadas na rua.



90% dos **assassinos** de mulheres são homens

Esses números demonstram que os lares, que deveriam ser espaços de segurança e conforto, frequentemente se tornam cenários de abuso e agressão. Essa realidade reflete uma grave falha na proteção das vítimas, que muitas vezes se encontram em situações nas quais não têm para onde escapar.

Outro aspecto é que a violência pode persistir ou até mesmo aumentar após o término de um relacionamento. As histórias das mulheres que apresentamos mostram que 43,48% das vítimas foram assassinadas pelos ex-companheiros.

Isso mostra que agressores podem sentir que ainda têm o direito de dominar ou controlar a ex-parceira, levando a situações de stalking, assédio ou até violência física. A crença de que a mulher "pertence" ao homem pode ser uma motivação forte para comportamentos violentos, pois o agressor pode interpretar a separação como uma ameaça à sua masculinidade.

Para enfrentar essa questão de forma efetiva, é necessário fortalecer as mulheres por meio de discussões, campanhas e rodas de conversa, promovendo um ambiente onde possam se expressar e buscar apoio. Contudo, essas iniciativas devem ser acompanhadas por esforços igualmente direcionados para engajar os homens. Precisamos desafiar e redefinir as normas masculinas que alimentam a cultura de violência, promovendo a reflexão e a mudança de comportamento desde a educação básica até o ambiente profissional e social.

Promover a participação dos homens no debate sobre violência contra a mulher pode ajudar a construir uma sociedade mais segura. Somente com a colaboração ativa de todos é que poderemos reduzir significativamente os índices de violência e construir um futuro em que a dignidade e os direitos das mulheres sejam verdadeiramente respeitados e protegidos. Concordamos com Bandeira (2014) quando diz que as mulheres desempenharam ao longo dos anos um papel crucial ao conscientizar a sociedade sobre a natureza das dinâmicas violentas que permeiam o cotidiano e influenciam o senso comum. Essa conscientização foi fundamental para reconhecer e enfrentar a violência em diferentes contextos, desde relações pessoais até práticas institucionais.

Instrumentos legais

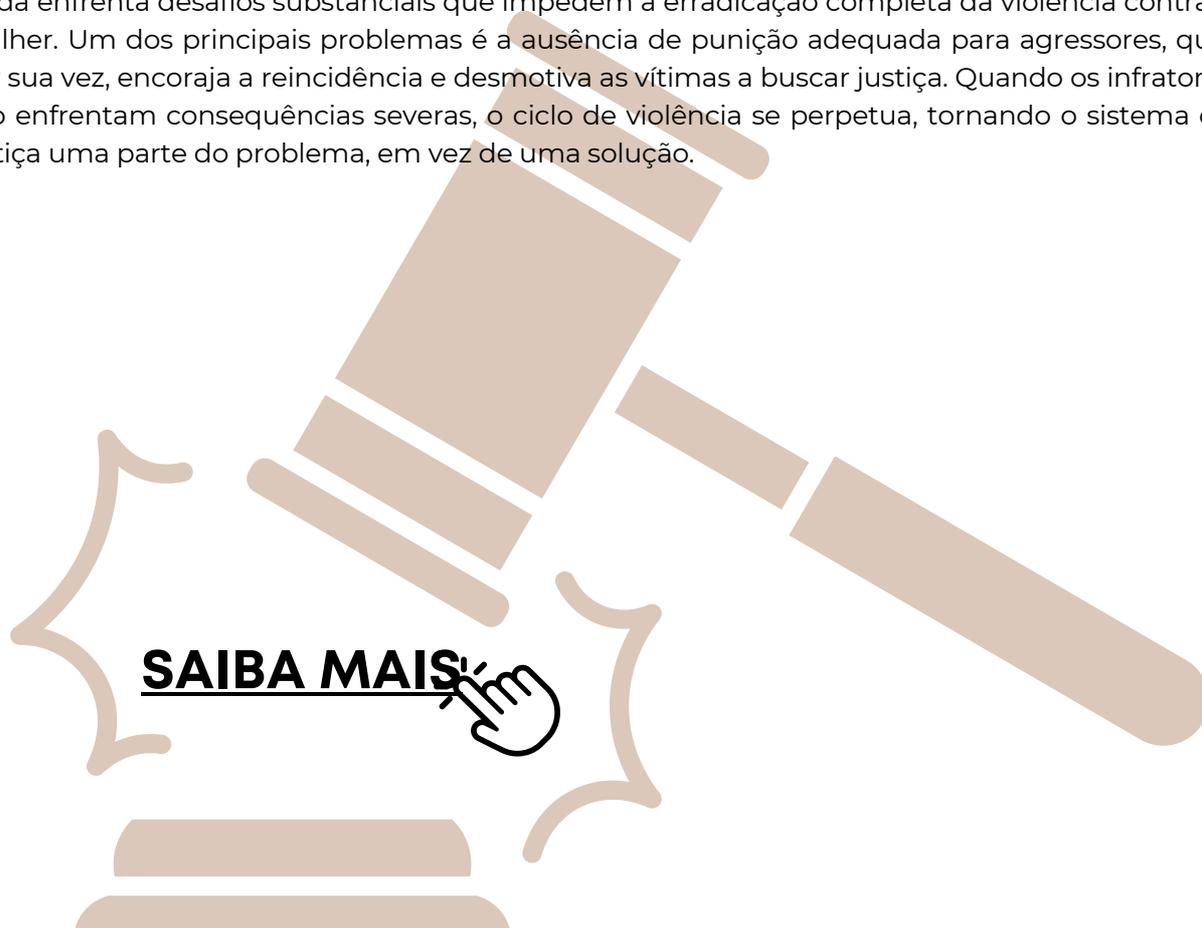
Ao longo dos anos, diversos instrumentos legais foram estabelecidos para proteger as mulheres. Além da Lei do Feminicídio, outras leis brasileiras são fundamentais para a proteção das mulheres e o combate à violência, como:

- **Lei do Assédio Sexual** (Lei nº 10.224/2001): Define e pune o assédio sexual no ambiente de trabalho e em outros contextos. O assédio sexual é considerado uma forma de violência que afeta a dignidade e o bem-estar das mulheres.
- **Lei Maria da Penha** (Lei nº 11.340/2006): Esta lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de proteção e punição para os agressores.
- **Lei de atendimento obrigatório e integral a vítimas de violência sexual** (Lei nº 12.845/2013): Garante atendimento imediato às vítimas de violência sexual, como atendimento médico, psicológico e social, além de medidas protetivas. A lei considera violência sexual qualquer forma de ato sexual não consentido.
- **Lei da Importunação Sexual** (Lei nº 13.718/2018): Esta lei tipifica o crime de importunação sexual, que inclui atos libidinosos não consentidos, como toques e investidas sexuais, em locais públicos ou privados. A lei visa proteger as mulheres de assédios e agressões sexuais de menor gravidade, mas que ainda assim causam grande impacto.
- **Lei Mariana Ferrer** (Lei 14.245/2021): Altera dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, visando prevenir a prática de atos que atentem contra a dignidade da vítima e das testemunhas, e estabelece uma causa de aumento de pena para o crime de coação no curso do processo.



- **Lei que institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco** (Lei nº 14.149/2021): Cria o Formulário Nacional de Avaliação de Risco a ser aplicado preferencialmente pela Polícia Civil no momento do registro da ocorrência de violência contra a mulher. Seu preenchimento permite a classificação da gravidade de risco e a avaliação das condições físicas e emocionais das vítimas.
- **Agosto Lilás (Lei 14.448/2022)**: Institui, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.
- **Lei de Prioridade no atendimento pelo Sine** (Lei nº 14.542/23): Dá às mulheres em situação de violência doméstica e familiar prioridade nas vagas imediatas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).
- **Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios** (Decreto Nº 11.640/2023): Tem o objetivo de prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências contra as mulheres, por meio de políticas governamentais, somadas a ações de mobilização e engajamento da sociedade.
- **Lei do Atendimento Prioritário às Mulheres** (Lei nº 14.887/2024): Estabelece prioridade na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar e determina que a mulher vítima de violência tenha atendimento prioritário para a cirurgia plástica reparadora entre os casos de mesma gravidade.
- **Lei do “Banco Vermelho”** (Lei nº 14.942/2024): Iniciativa consiste na instalação de pelo menos um banco na cor vermelha em espaços públicos de grande circulação onde constarão nomes de vítimas de feminicídio, além de contatos de emergência.

Vemos que, em termos de legislação, o Brasil tem avançado consideravelmente na proteção às mulheres, com a promulgação de leis significativas, cada uma abordando e punindo diferentes formas de violência de gênero. No entanto, apesar desses avanços, a efetividade dessas leis ainda enfrenta desafios substanciais que impedem a erradicação completa da violência contra a mulher. Um dos principais problemas é a ausência de punição adequada para agressores, que, por sua vez, encoraja a reincidência e desmotiva as vítimas a buscar justiça. Quando os infratores não enfrentam consequências severas, o ciclo de violência se perpetua, tornando o sistema de justiça uma parte do problema, em vez de uma solução.



DENUNCIE

A violência contra mulheres é uma crise que exige uma resposta urgente e abrangente. As estatísticas do Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2024 são um chamado à ação para governos, sociedade civil e indivíduos. Somente através de um esforço coletivo e sustentado será possível garantir um futuro onde todas as mulheres possam viver livres da ameaça de violência e opressão. Igualmente importante, é o fortalecimento das redes de atendimento às mulheres vítimas de violência, garantindo o acesso a serviços especializados como delegacias, abrigos e assistência psicológica. Além disso, a prevenção é crucial para interromper o ciclo da violência.

No Brasil, existem vários canais para denúncia de violência contra a mulher, que oferecem suporte e assistência às vítimas:

- Disque 180: Central de Atendimento à Mulher, que oferece apoio, orientação e informações sobre direitos e serviços disponíveis. O atendimento é gratuito e funciona 24 horas por dia.
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs): Delegacias específicas para o atendimento de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Elas estão localizadas em várias cidades e oferecem suporte especializado.
- Patrulhas Maria da Penha: Equipes de policiais para monitorar e proteger mulheres em situação de violência doméstica. O serviço visa garantir a segurança das vítimas e a efetiva aplicação das medidas protetivas.
- Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM): Serviços especializados em diversas cidades que oferecem apoio psicológico, jurídico e social para mulheres vítimas de violência.
- Serviços de Saúde: Unidades de saúde e hospitais que têm protocolos para o atendimento de vítimas de violência, incluindo suporte psicológico e tratamento médico.

Esses canais são essenciais para garantir que as vítimas de violência recebam o suporte necessário e possam denunciar os abusos de maneira segura e eficaz.

Incluir o tema do feminicídio e da violência contra a mulher no currículo escolar, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), vai além de uma abordagem pedagógica: é uma medida fundamental para enfrentar um problema enraizado em nossa sociedade. Com a promulgação da Lei 14.164 de 2021, a prevenção da violência contra a mulher tornou-se parte integrante dos currículos da educação básica, o que inclui a criação da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher em março. Este evento anual tem como objetivos fomentar o conhecimento da Lei Maria da Penha, fomentar a reflexão crítica sobre a prevenção e o combate à violência de gênero e capacitar a comunidade escolar para enfrentar essa questão:



Em 16 de agosto de 2023, entrou em vigor o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, através do Decreto nº 11.640/2023, que tem o objetivo de prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências contra as mulheres, por meio de políticas governamentais, somadas a ações de mobilização e engajamento da sociedade. Trata-se de um instrumento construído sob a liderança do Ministério das Mulheres com a meta de evitar mortes de mulheres, resultantes da desigualdade de gênero. O pacto também quer garantir os direitos e o acesso à justiça às mulheres em situação de violência e aos seus familiares. Observemos o que diz o Art. 4º, inciso I (grifo nosso):

I - prevenção primária - ações planejadas para evitar que a violência aconteça e que visem a mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover a cultura de respeito e não tolerância à discriminação, à misoginia e à violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, e para construir relações de igualdade de gênero, envolvidas as ações de educação, formal e informal, com a participação de setores da educação, da cultura, do esporte, da comunicação, da saúde, da justiça, da segurança pública, da assistência social, do trabalho e do emprego, dentre outros.

Em um contexto local, a Paraíba reforça o compromisso com a Lei nº 12.875 de 2023, que exige a transversalidade do tema no currículo escolar da rede pública e na formação continuada de professores, integrando o tema no Plano Político Pedagógico das escolas. Esse quadro legal cria uma necessidade básica para que a educação sobre a violência de gênero seja inserida de forma estruturada e sistemática.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Sociedade e Estado, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional de saúde: 2019: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEI 14.164/2021

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino.



O tema do feminicídio na EJA

Fabrini Katrine da Silva Bilro
(DME/CE/UFPB)

A inclusão do tema do feminicídio em uma proposta de trabalho interdisciplinar para a EJA é de extrema importância. Trata-se de uma forma de incentivo que envolve as raízes históricas, sociais e culturais da violência contra a mulher, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino complexa, constituída por sujeitos, a partir de 15 anos, dotados de conhecimentos e experiências provenientes de suas vivências sociais, que não tiveram garantidos os direitos de acesso e/ou permanência no ensino escolar. A EJA atende uma diversidade de perfis, incluindo jovens, adultos e idosos, muitas vezes inseridos no mercado de trabalho com responsabilidades familiares ou características de contextos sociais e culturais variados, abrangendo dimensões sociais, políticas e culturais que transcendem as questões educacionais.

Ao situarmos o processo de ensino e de aprendizagem como um ato político, acreditamos que esses homens e mulheres, ao adentrarem a EJA, não esperam, apenas, aprender a ler e escrever, mas ter suas vidas transformadas através de uma formação crítica e reflexiva, que os possibilite discutir acerca de temáticas que os atravessam de um lugar político, social e cultural, como é o caso da violência contra a mulher e do feminicídio. Principalmente considerando que grande parte do público que frequenta essa modalidade é constituído por mulheres, que, muitas vezes, precisam romper com ciclos de aprisionamento e privação de seu direito à educação impostos por relacionamentos abusivos.

LEI ESTADUAL Nº 12.875 DE 2023

Art. 1º Fica incluído o tema “prevenção da violência contra a mulher”, como conteúdo transversal do currículo escolar da Rede Pública de Ensino do Estado da Paraíba, na forma da Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Art. 2º Os professores serão habilitados, por intermédio de procedimentos de formação continuada, a trabalhar com o tema mencionado no artigo anterior, promovendo a transversalidade dos mesmos.

Art. 3º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, implementará as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, fazendo constar no Plano Político Pedagógico das unidades escolares projetos de atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do Tema Transversal “prevenção da violência contra a mulher”.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo estabelecer os requisitos técnicos necessários para a implementação e a regulamentação da Lei.



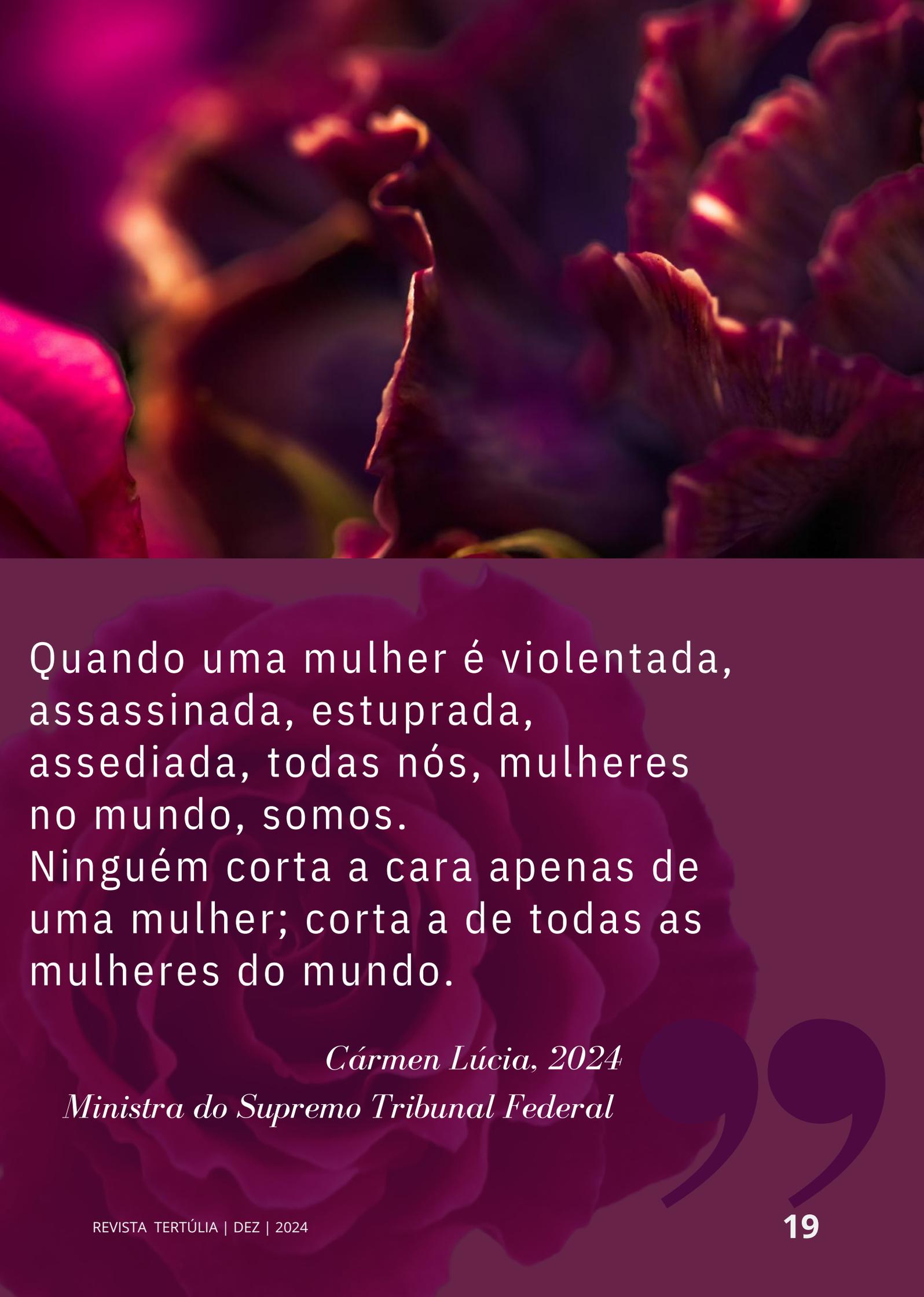
Com isso, a inclusão do tema do feminicídio em uma proposta de trabalho interdisciplinar para a EJA é de extrema importância. Trata-se de uma forma de incentivo que envolve a retomada e a reflexão sobre as raízes históricas, sociais e culturais da violência contra a mulher, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico e a ampliação de saberes essenciais a participação dos sujeitos da EJA como cidadãos e cidadãs que agem ativamente na mudança de sua posição dentro da sociedade da qual fazem parte e que contribuem para a construção de um mundo mais justo e democrático.

Pensando neste contexto, os alunos da EJA podem elaborar saberes e resgatar experiências que contribuam para a criação de uma rede de conscientização e prevenção da violência contra a mulher. Um movimento que possibilite vivenciar uma educação significativa, através de um maior envolvimento e participação que lhes permita falar, pensar, partilhar e se posicionar diante das informações apresentadas e discutidas.

A promoção de uma educação sobre temas tão necessários como os mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha, os procedimentos para o registro de denúncias e a assistência disponível às vítimas de violência doméstica torna-se, para os sujeitos da EJA, um instrumento de defesa e autonomia. Além do mais, amplia a função social da instituição escolar no combate à violência contra a mulher, na garantia da igualdade entre os gêneros e na formação de ativos que tenham a clareza e a consciência da importância da sua participação nas atividades sociais, não como receptores passivos, mas como indivíduos que têm vez e voz para reivindicar e lutar por seus direitos.

Pensando neste contexto, os alunos da EJA podem criar uma rede de conscientização e prevenção da violência contra a mulher. A educação sobre temas como os mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha, os procedimentos para o registro de denúncias e a assistência disponível às vítimas de violência doméstica tornam-se um instrumento de defesa e autonomia. Dessa maneira, a escola vai além do espaço físico e amplia seu papel social, fortalecendo o combate à violência contra a mulher e promovendo a igualdade entre os gêneros.





Quando uma mulher é violentada,
assassinada, estuprada,
assedada, todas nós, mulheres
no mundo, somos.
Ninguém corta a cara apenas de
uma mulher; corta a de todas as
mulheres do mundo.

Cármem Lúcia, 2024

Ministra do Supremo Tribunal Federal

A VIO LÊN CIA

CONTRA A MULHER NO CURRÍCULO ESCOLAR

COMO TEMA CONTEMPORÂNEO
TRANSVERSAL



OS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS (TCTS)

Patrícia Silva Rosas de Araújo (DME/CE/UFPB)

A transversalidade no currículo escolar consiste em relacionar o aprendizado teórico a questões práticas da vida real, criando um vínculo entre o conhecimento sistematizado e as experiências cotidianas dos alunos. Nesse contexto, a escola passa a adotar uma perspectiva mais ampla e integrada do saber, promovendo a interdisciplinaridade e evitando a segmentação do conhecimento em compartimentos isolados. A transversalidade, ao unir temas como ética, cidadania, sustentabilidade e, mais recentemente, temas como a violência contra a mulher, a diversas disciplinas, contribui para uma formação mais completa e crítica dos estudantes.



O QUE SÃO Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)?

Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) têm como propósito relacionar o conteúdo ensinado à realidade dos estudantes, abordando questões que despertem seu interesse e contribuam para sua formação como cidadãos. O objetivo principal é evitar que os estudantes concluam sua trajetória educacional com foco exclusivo em conceitos abstratos e desconectados da prática cotidiana. Desta forma, espera-se que os TCTs possibilitem aos estudantes uma compreensão mais ampla sobre temas como a gestão financeira, os cuidados com a saúde, o uso responsável das tecnologias digitais, a preservação do meio ambiente, o respeito às diferenças e o entendimento de seus direitos e deveres, aspectos que destacam a relevância e contemporaneidade desses temas.

A transversalidade pode ser entendida como aquilo que atravessa e conecta diferentes áreas. Nesse sentido, os TCTs, no âmbito educacional, são temas que não se limitam a uma disciplina específica, mas atravessam todas elas, contribuindo para aproximar o conhecimento da vivência dos alunos. Na escola, esses temas respondem às necessidades da sociedade atual, abrangendo questões presentes no cotidiano de comunidades, famílias, estudantes e educadores, em uma relação de influência mútua com o processo de ensino e aprendizagem.

Em 1996, durante a reestruturação do sistema educacional brasileiro, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) introduziram os Temas Transversais, organizados em seis áreas principais: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, e Trabalho e Consumo.

TEMAS TRANSVERSAIS NOS PCNs (1996)



Fonte: Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos MEC (2019, p. 8)

Ao contrário dos PCNs, onde os Temas Transversais não possuíam caráter obrigatório, na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) eles se fizeram uma referência nacional obrigatória para a construção ou adaptação de currículos e propostas pedagógicas. Refigurados como Temas Contemporâneos Transversais, eles são definidos pela BNCC (2017) como um conjunto essencial de aprendizagens indispensáveis, garantindo que todos os estudantes, sejam crianças, jovens ou adultos, tenham acesso a esses direitos educacionais fundamentais.

A BNCC aponta **seis macroáreas temáticas** (Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde) englobando **15 Temas Contemporâneos** (Ciência e Tecnologia, Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social) **“que afetam a vida humana em escala local, regional e global”** (BRASIL, 2017, p. 19).

TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA BNCC (2017)



Fonte: Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos MEC (2019, p. 13)

O feminicídio se conecta diretamente ao tema contemporâneo transversal na macroárea de Cidadania e Civismo, sendo um desdobramento dos temas Vida Familiar e Social e Educação em Direitos Humanos, pois trata de questões fundamentais para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse tema aborda a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos, evidenciando a necessidade de reflexão sobre relações de poder desiguais, respeito mútuo e igualdade de direitos. Discutir o feminicídio na escola estimula a conscientização sobre a importância do combate à violência contra as mulheres, promove valores éticos e fortalece práticas cidadãs, essenciais para construir ambientes familiares e sociais mais harmoniosos e respeitosos. Além disso, ao explorar as causas e consequências desse problema, os estudantes são incentivados a assumir um papel ativo na transformação social, alinhando-se aos princípios da cidadania responsável.

No contexto dos TCTs, é importante falarmos sobre interdisciplinaridade. Esta é definida como uma abordagem que visa à integração e ao diálogo entre diferentes disciplinas para promover uma compreensão mais abrangente sobre determinado problema. De acordo com Edgar Morin (2003), a interdisciplinaridade propõe um rompimento com a fragmentação do conhecimento, possibilitando conexões entre campos distintos e enriquecendo a análise de problemas complexos. Morin (*op.cit*) argumenta que a interdisciplinaridade é essencial para o pensamento crítico e para enfrentar os desafios contemporâneos, uma vez que permite compreender a realidade a partir de múltiplas perspectivas.

Nas disciplinas de Geografia e Matemática, por exemplo, o tema da violência contra a mulher pode ser explorado por meio da análise de dados estatísticos de feminicídio, o que possibilita uma compreensão mais concreta do problema. Os alunos podem interpretar mapas e gráficos sobre a incidência de casos de violência contra a mulher, identificando padrões e refletindo sobre o impacto dessas informações em suas próprias comunidades. Assim, o conhecimento se transforma em uma ferramenta de conscientização e cidadania, aproximando os estudantes das questões de gênero e promovendo o entendimento da igualdade como um direito humano fundamental.

Uma proposta pedagógica interdisciplinar requer ainda o investimento em projetos escolares que incluam palestras, oficinas e debates com profissionais de diversas áreas, como advogados, assistentes sociais e psicólogos, que possam dar apoio e oferecer orientações precisas. A interdisciplinaridade permite que o assunto seja explorado em sua complexidade, promovendo uma educação que integra conhecimento e sensibilização para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com o combate à violência de gênero.

A indissociabilidade entre transversalidade e interdisciplinaridade

BRASIL. Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasília: MEC, 2019.
MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Por fim, a transversalidade e a interdisciplinaridade são abordagens pedagógicas que se complementam ao integrar temas relevantes de forma contínua no currículo escolar, superando a separação entre disciplinas. A transversalidade permite que temas essenciais, como feminicídio, permeiem diversas áreas do conhecimento, enquanto a interdisciplinaridade facilita o diálogo entre essas áreas, conectando conteúdos e metodologias. Juntas, essas abordagens promovem uma educação mais holística e reflexiva, onde o conhecimento teórico e as experiências práticas se reforçam mutuamente, formando uma visão crítica e integrada da realidade.



EJA

PROJETOS INTERDISCIPLINARES
PARA SALA DE AULA





SOBRE OS PROJETOS

Os projetos interdisciplinares apresentados nesta edição da Tertúlia foram elaborados com foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente para turmas do 5º ano. No entanto, devido à relevância da temática abordada e à riqueza pedagógica das atividades, eles podem ser adaptados para turmas de diferentes níveis da EJA, ou até mesmo para o ensino fundamental ou médio da educação básica.

Os projetos foram elaborados por estudantes de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através de oficinas na disciplina de Seminário Temático em Educação VI, período 2024.1, noturno.

Os alunos foram organizados em grupos e incentivados a planejar atividades que abordassem o tema do feminicídio com, no mínimo, duas áreas do conhecimento diferentes. Cada grupo pesquisou o tema, promoveu debates, analisou dados e estatísticas do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública e consultou outros materiais sobre interdisciplinaridade e práticas pedagógicas criativas.



A seguir, apresentamos quatro atividades interdisciplinares elaboradas:

- **O mapa do feminicídio na Paraíba em 2023 e início de 2024**

(Geografia e Matemática).

- **Feminicídio nas páginas de jornais: a notícia que (não) precisamos ler!**

(Português e História).

- **Clique e vai passando! As leis de proteção à mulher em post de Instagram** (Direito e Mídias Sociais).

- **As faces do feminicídio** (Arte e Educação Socioemocional).





O mapa do feminicídio na Paraíba em 2023 e início de 2024

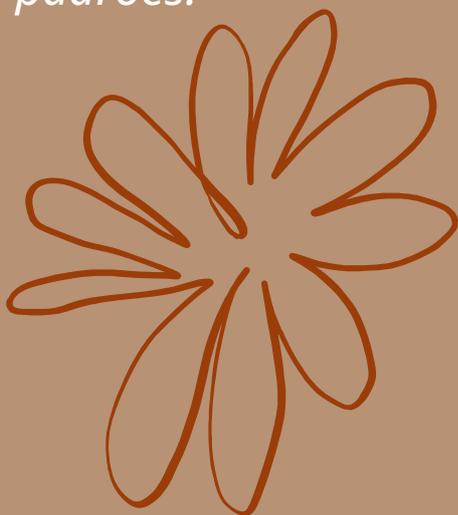
A Geografia e a Matemática podem investigar o feminicídio a partir da análise espacial das ocorrências, observando padrões e distribuições geográficas, mapeando casos de feminicídio em diferentes escalas (local, regional, nacional e global), identificando áreas de maior incidência e correlacionando com fatores como desigualdade social, acesso a serviços e estrutura urbana.

Como a distribuição geográfica dos casos de feminicídio pode revelar desigualdades regionais nos municípios paraibanos nos anos de 2023 e 2024 e quais aspectos são identificados nessas práticas de feminicídios em seus respectivos espaços geográficos?



Objetivo

- *Compreender a distribuição espacial dos casos de feminicídio na Paraíba, utilizando mapas temáticos;*
- *Analisar dados estatísticos e gráficos sobre o feminicídio na Paraíba para identificar tendências e padrões.*



A pergunta “*Como a distribuição geográfica dos casos de feminicídio pode revelar desigualdades regionais nos municípios paraibanos nos anos de 2023 e 2024 e quais aspectos são identificados nessas práticas de feminicídios em seus respectivos espaços geográficos?*” nos ajuda a entender a distribuição dos casos de feminicídio nos municípios paraibanos em 2023 e 2024. Essa distribuição pode expor importantes desigualdades regionais, refletindo disparidades no acesso a recursos de segurança, justiça, políticas públicas e educação. Municípios com menos infraestrutura de apoio à mulher, como abrigos, centros de atendimento especializados e serviços de acolhimento, tendem a apresentar uma maior vulnerabilidade para vítimas de violência. Além disso, o índice de feminicídios pode ser mais elevado em áreas periféricas e rurais onde as redes de proteção e os mecanismos de denúncia são limitados.

Outro aspecto identificado nas práticas de feminicídio em seus respectivos espaços geográficos é a relação com fatores socioeconômicos. Em regiões com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), altos níveis de pobreza e desigualdade tendem a acentuar a violência de gênero, sendo o feminicídio uma das expressões mais extremas. Além disso, os contextos culturais de alguns municípios, onde ainda prevalecem visões patriarcais e de controle sobre a mulher, reforçam práticas de violência doméstica que podem evoluir para o feminicídio.

Outro ponto relevante é o acesso à educação e às campanhas de conscientização sobre direitos das mulheres e igualdade de gênero, que são menos frequentes em áreas mais afastadas dos centros urbanos. Municípios maiores e com mais recursos geralmente têm maior visibilidade para esses temas, o que contribui para uma maior rede de apoio e prevenção. Em contrapartida, nas regiões de menor cobertura persiste o silêncio em torno da violência contra a mulher, o que dificulta a quebra do ciclo de violência e aumenta o risco de feminicídios.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para iniciar a atividade, o professor pode explorar o mapa da Paraíba com os alunos, perguntando quem já conhece o mapa do estado e se conseguem localizar seus próprios municípios. Em um bate-papo informal, o professor pode pedir que compartilhem coisas positivas sobre suas cidades, como aspectos culturais, tradições locais e marcos históricos, promovendo uma relação de familiaridade e orgulho pelo local onde vivem. A partir dessa introdução, o professor pode direcionar a conversa para explicar que, além das belezas e histórias de cada município, existem também desafios enfrentados por muitas cidades, como a violência contra a mulher. Ele pode então introduzir dados e estatísticas sobre feminicídios na Paraíba, contextualizando o tema e explicando sua gravidade, mencionando que o objetivo é entender essa realidade para que todos, enquanto cidadãos, possam pensar em como ajudar a combatê-la.

Divisão dos grupos e leitura de dados

A turma pode ser dividida em grupos e o professor pode preparar um material impresso ou digital com uma lista de municípios paraibanos, incluindo o número de casos de feminicídio registrados em cada localidade em 2023 e no primeiro semestre de 2024. Esses dados podem ser organizados de maneira simples e visual, permitindo que os alunos identifiquem rapidamente quais municípios têm altos e baixos índices.

Sugestões de como fornecer os dados aos alunos

Tabela simples: Em uma tabela com duas colunas principais, os dados podem incluir o nome de cada município e a quantidade de casos de feminicídio. Essa tabela pode ser segmentada em cores (vermelha para índices altos, azul para índices baixos), auxiliando na visualização.

Mapa temático prévio: Um mapa básico pode ser fornecido aos alunos, onde já estejam sinalizadas áreas de maior incidência de feminicídios, com marcações gerais para facilitar o início do trabalho.

Recortes de notícias e relatórios: O professor pode incluir trechos de notícias relevantes de portais de notícias como G1, Jornal da Paraíba, Folha de São Paulo, Correio Braziliense, CNNBRASIL, Estadão, Diário do Centro do Mundo, Uol, dentre outros, trazendo atualizações de fontes confiáveis. Isso também ajudará os alunos a relacionarem o tema com a realidade da mídia e a discutirem como a questão é abordada publicamente.

Gráficos estatísticos: Apresentar gráficos de barras ou pizza com dados comparativos dos últimos anos permite que os alunos entendam as variações e tendências ao longo do tempo, ajudando na análise e discussão de padrões.

Gráficos estatísticos: Apresentar gráficos de barras ou pizza com dados comparativos dos últimos anos permite que os alunos entendam as variações e tendências ao longo do tempo, ajudando na análise e discussão de padrões.

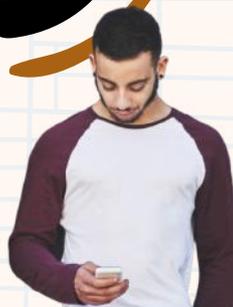
Recortes de relatórios: O professor pode fazer recortes de dados do 18º Anuário Brasileiro da Segurança Pública (2024), apresentando os dados sobre feminicídio, acessível através do link <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>

Existe também o Mapa Nacional de Violência de Gênero, plataforma interativa de dados públicos oficiais sobre violência contra as mulheres. O painel reúne as bases do Senado Federal, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Sistema Único de Saúde (SUS). Está acessível através do link <https://www.senado.leg.br/institucional/datasetenado/mapadaviolencia/#/inicio>. Esses recursos fornecem um panorama completo e acessível, tornando a atividade de localização e análise mais dinâmica e informativa.

Com base nos dados fornecidos, cada grupo recebe um mapa físico da Paraíba e alfinetes coloridos para marcar as cidades:

-  Alfinetes vermelhos para municípios com maiores índices de feminicídio.
-  Alfinetes azuis para locais com menores índices.

Paraíba



Sugestões de análise e ferramentas disponíveis

Para categorização dos Dados:

Classificação por incidência: Os alunos podem dividir os municípios em categorias de alta, média e baixa incidência de feminicídios. Eles podem definir intervalos numéricos para cada categoria, facilitando o uso de cores no mapa e permitindo comparações rápidas.

Classificação por região geográfica: Os municípios podem ser agrupados por regiões (Litoral, Agreste, Sertão, Brejo), o que ajuda a verificar se há variações de índices em áreas diferentes do estado.

Análise de proporcionalidade: Os alunos podem calcular a taxa de feminicídios em relação à população de cada município, permitindo uma análise mais precisa e equilibrada.

Ferramentas para visualização e análise

Planilhas Eletrônicas (Microsoft Excel, Google Sheets): Essas ferramentas permitem que os alunos organizem dados em tabelas, criem gráficos de barras ou pizza, e calculem porcentagens ou médias. Eles podem, por exemplo, comparar o número de casos entre diferentes anos e regiões, aplicando fórmulas para calcular a média de casos em áreas específicas.

Software de Geoprocessamento (QGIS): O QGIS é uma ferramenta gratuita de mapeamento que possibilita que os alunos importem dados de localização dos municípios, apliquem camadas de dados de incidência de feminicídios e visualizem padrões espaciais. É uma ótima opção para aprofundar o aspecto geográfico da análise, pois permite o uso de ícones e cores para categorizar áreas de acordo com os índices.

Mapas interativos online (Google Maps, My Maps): Com o Google My Maps, os alunos podem marcar cidades e usar diferentes cores para indicar categorias, além de inserir notas e dados adicionais. Essa é uma maneira simples de visualizar dados espaciais sem precisar de softwares mais avançados.

Ferramentas de visualização gráfica (Canva, Datawrapper): Essas plataformas online permitem criar gráficos, infográficos e mapas de forma visualmente atraente, possibilitando uma apresentação clara dos dados. Por exemplo, usando o Canva, os alunos podem fazer infográficos para mostrar a taxa de feminicídios em diferentes regiões do estado.

Ideias para análise e interpretação dos dados:

Comparação Temporal: Os alunos podem comparar dados de feminicídios entre 2023 e 2024 para identificar tendências (por exemplo, aumento ou diminuição de casos) em diferentes regiões.

Análise de fatores socioeconômicos: Com orientação do professor, os alunos podem explorar correlações entre índices de feminicídio e fatores como acesso a serviços públicos e distribuição populacional.

Discussão de tendências e padrões: Após a categorização e análise dos dados, os alunos podem discutir as razões para diferenças regionais e propor possíveis soluções de intervenção local, aproveitando a análise conjunta de Geografia (distribuição espacial) e Matemática (interpretação numérica).

Essas abordagens ajudam os alunos a integrar a análise quantitativa com a espacial, promovendo a interdisciplinaridade e incentivando um entendimento crítico e contextualizado dos dados sobre feminicídio na Paraíba.



Avaliação de aprendizagem

A avaliação desta atividade pode ser realizada de maneira formativa, observando o progresso e o engajamento dos alunos em todas as etapas. Considerando as diferentes faixas etárias e experiências de vida, é importante que o professor adote um olhar atento e flexível, adaptando critérios para captar o aprendizado individual e coletivo.

É importante que a avaliação se concentre na pergunta de pesquisa inicial e nos objetivos propostos para esta atividade.

Sobre a pergunta de pesquisa inicial

Um critério eficaz para avaliar se a pergunta-problema foi respondida pode ser estruturado em torno da profundidade e coerência da análise dos alunos sobre a distribuição geográfica e suas conexões com desigualdades regionais. Assim, o professor poderá verificar se os alunos conseguiram relacionar a ocorrência de feminicídios com características socioeconômicas e culturais dos municípios, oferecendo respostas fundamentadas e contextualizadas.

Análise crítica da distribuição geográfica e identificação de desigualdades regionais

• **Indicadores de desempenho:**

- *Identificação de padrões e tendências:* O grupo identifica corretamente regiões com maior e menor incidência de feminicídios, apoiando-se nos dados apresentados e mapeados?
- *Explicação das desigualdades regionais:* Os alunos analisam as possíveis relações entre a distribuição de casos e fatores regionais, como desenvolvimento econômico, acesso a serviços de segurança, educação e desigualdade social?

- *Relacionamento com contextos locais e culturais:* A análise reflete um entendimento das especificidades de cada município, considerando questões como acesso a recursos públicos e estruturas de apoio à mulher?

- *Propostas de intervenção educativa relacionadas à realidade local:* O grupo sugere ações de conscientização que respondem à realidade identificada, refletindo a compreensão dos aspectos geográficos e sociais que influenciam os índices?

- Estes critérios permitem avaliar a capacidade dos alunos de responder à pergunta-problema de maneira integrada e interdisciplinar, aplicando conceitos de Geografia e Matemática para uma análise socialmente informada.

Sobre os objetivos:

- Indicadores de Desempenho:

- *Identificação correta de localidades:* O grupo identifica e marca corretamente as cidades e regiões com diferentes índices de feminicídio nos mapas temáticos, utilizando os alfinetes de forma precisa e organizada?
- *Interpretação dos mapas temáticos:* Os alunos demonstram capacidade de interpretar a distribuição espacial, relacionando as áreas de maior e menor incidência de casos com características geográficas e sociais?
- *Capacidade de discussão geográfica:* Os alunos discutem o contexto geográfico dos casos com clareza, apontando diferenças regionais e possíveis fatores locais que influenciam a distribuição dos feminicídios?



- *Precisão na análise de dados:* Os alunos demonstram habilidade ao analisar dados quantitativos, como percentuais e números absolutos, e relacioná-los com as regiões mapeadas, identificando os locais com maiores e menores índices de feminicídio?
- *Identificação de tendências e padrões:* O grupo consegue apontar padrões, como o aumento ou diminuição de casos em determinadas regiões ou períodos, e discute as possíveis razões ou implicações desses padrões?
- *Uso correto de gráficos e tabelas:* Os alunos utilizam gráficos e tabelas de forma organizada e fazem comparações e interpretações consistentes dos dados apresentados?
- *Integração geográfica e estatística:* Os alunos mostram habilidade em relacionar os dados estatísticos com os dados geográficos, formulando hipóteses e discussões sobre como e por que as incidências variam entre regiões?
- *Argumentação com base em dados:* O grupo apresenta argumentos sustentados em dados concretos, demonstrando um entendimento crítico das desigualdades e padrões revelados pela distribuição espacial e estatística?

Esses indicadores de desempenho permitem avaliar de forma estruturada o alcance dos objetivos, observando a capacidade dos alunos na análise e interpretação dos dados, bem como sua aplicação ao contexto espacial e social da Paraíba. Para avaliar esses indicadores, o professor pode utilizar estratégias como um diário de bordo de observação, aplicação de questionários, rodas de conversa ou sessões de feedback em grupo.

- Outras sugestões de avaliação:

(i) Participação e envolvimento nas discussões:

O professor pode observar a disposição dos alunos para participar das discussões, tanto em grupo quanto em sala, considerando suas contribuições, questionamentos e reflexões sobre o tema. Estimular que os alunos relacionem o feminicídio com contextos locais pode enriquecer as discussões, revelando a capacidade de compreensão e empatia.

(ii) Precisão e organização das marcações nos mapas:

O professor deve verificar se os grupos marcaram corretamente as cidades no mapa, utilizando os alfinetes conforme as categorias (maiores e menores índices). Uma análise atenta de como organizaram e interpretaram os dados para a visualização geográfica permite avaliar a capacidade de traduzir informações abstratas para representações visuais.

(iii) Clareza e reflexão crítica no resumo:

Cada grupo pode entregar um resumo escrito, apresentando suas análises dos dados e sugestões de intervenções educativas para conscientização e prevenção do feminicídio. O professor pode avaliar a estrutura do resumo, a clareza das ideias e a profundidade da reflexão crítica. Pode observar o grau de articulação entre as análises dos dados e as sugestões apresentadas também revela o nível de compreensão e a capacidade de propor soluções.

(iv) Autoavaliação e feedback de grupo:

O professor pode organizar uma roda de conversa, perguntando sobre as impressões dos alunos em relação ao uso dos mapas e gráficos. Nesta roda de conversa, pode-se abordar questões como “Quais padrões de feminicídio foram identificados?” e “Qual intervenção seria mais eficaz em sua cidade?”. Assim, os alunos podem compartilhar individualmente o que aprenderam, desafios encontrados e como pretendem aplicar esse conhecimento no cotidiano. Esse processo também permite que o professor observe a percepção dos próprios alunos sobre o que aprenderam, estimulando a autocrítica e o aprendizado autorregulado.



Material

Materiais e recursos necessários para a atividade:

Ferramentas de pesquisa e análise:

- *Mapas físicos da Paraíba* (preferencialmente em tamanho grande para facilitar a visualização e a marcação dos dados geográficos).
- *Alfinetes coloridos* (vermelhos para marcar as cidades com altos índices de feminicídio, e azuis para as cidades com menores índices).
- *Fichas de dados sobre feminicídios* (mapas temáticos, gráficos e tabelas com informações atualizadas sobre os casos de feminicídio na Paraíba, como os dados de 2023 e 2024).
- Gráficos e tabelas impressos (com dados estatísticos sobre feminicídio na Paraíba, de 2023 e 2024).
- Calculadoras (para que os alunos possam realizar cálculos simples de médias, percentuais e analisar tendências).

Materiais para anotação e estudo:

- Folhas de papel e canetas coloridas (para os alunos organizarem as informações, fazerem anotações e cálculos).
- Flipcharts ou quadros brancos (para os grupos apresentarem suas conclusões e discutir os resultados com os colegas).
- Folhas de papel ou cartolina (para elaboração de resumos das análises feitas nos grupos).
- Marcadores coloridos (para destacar informações importantes nas apresentações dos grupos).

Materiais para apresentação:

- *Projetor e computador* (para apresentar informações adicionais sobre os casos de feminicídio e exibir os dados e gráficos de forma visual).

Recursos digitais :

- *Projetor ou tela* (para exibição das conclusões de cada grupo e compartilhamento dos dados coletados).
- Software de geoprocessamento (se disponível, pode ser utilizado para análise mais precisa da distribuição geográfica dos casos, como o Google Earth ou QGIS, para mostrar a distribuição dos casos de feminicídio).



O mapa do feminicídio na Paraíba em 2023 e início de 2024

- EDUARDO DE SOUZA LIMA
- FRANCISCA FRANCINALVA VIEIRA NOBRE
- MARIA APARECIDA ALVES DE SOUSA
- MARIA DALVANIR FAUSTO DE LIMA
- MARIA LUIZA FERREIRA DA SILVA SOUZA
- PATRÍCIA SILVA ROSAS DE ARAÚJO



GRANDES MULHERES

Ensinou a primeira pessoa surdo-cega que conquistou um bacharelado na história



ANNE SULLIVAN

Anne Sullivan educou e impulsionou Helen Keller, uma adolescente surdo-cega que possuía grande dificuldade de comunicação, até mesmo com sua família. Por meio da língua de sinais, ensinada através do tato, Sullivan proporcionou a Keller não apenas a capacidade de se comunicar com a sociedade, mas também a conquista do primeiro bacharelado por uma pessoa surdo-cega na história.

(1866–1936)

SAIBA MAIS

Conheça mais sobre quem foi Anne Sullivan e as obras cinematográficas sobre a sua vida





Feminicídio nas páginas de jornais: a notícia que (não) precisamos ler!

As disciplinas de Português e História podem abordar o feminicídio analisando a forma como a mídia retrata esses casos e seus impactos sociais. O projeto interdisciplinar propõe investigar fatos históricos de violência contra a mulher por meio da análise de notícias e reportagens, explorando como a linguagem utilizada nos meios de comunicação influencia a percepção pública sobre o tema. Além disso, busca relacionar esses episódios com o contexto histórico em que ocorreram, discutindo como esses implicaram em mudanças legislativas e sociais, como a tipificação do feminicídio em 2015.

Como as notícias que consumimos podem influenciar a forma como vemos e respondemos à violência contra as mulheres?



Objetivos

- *Identificar e compreender os diferentes tipos de violência contra a mulher, situando-os em seus contextos históricos e sociais na sociedade brasileira.*
- *Analisar criticamente as abordagens midiáticas sobre o feminicídio, através de notícias jornalísticas, avaliando como a cobertura influencia a percepção pública e a conscientização sobre o tema.*



A pergunta "Como as notícias que consumimos podem influenciar a forma como vemos e respondemos à violência contra as mulheres?" nos convida a uma reflexão profunda sobre o poder da mídia na construção de narrativas e na formação da opinião pública. As notícias não apenas informam, mas também moldam percepções, podendo fortalecer estereótipos de gênero ou fomentar a conscientização e a mobilização social. Uma cobertura jornalística sensível e contextualizada sobre o feminicídio tem o potencial de ampliar a compreensão da sociedade sobre a gravidade da violência contra a mulher, destacando suas raízes históricas e estruturais. Por outro lado, abordagens sensacionalistas ou parciais podem desviar o foco das causas reais, perpetuando preconceitos e minimizando a responsabilidade coletiva no combate a essa violência. Assim, analisar criticamente como a mídia retrata esses casos é essencial para promover um debate responsável e incentivar respostas mais eficazes e empáticas da sociedade.

A colaboração entre as disciplinas de Português e História é essencial para abordar de forma crítica o tema. Enquanto a História oferece o contexto necessário para compreender as raízes e os desdobramentos da violência contra a mulher ao longo do tempo, Português possibilita uma análise crítica das narrativas midiáticas, explorando os efeitos de sentido das escolhas linguísticas, discursivas e editoriais das notícias. Trabalhar juntas permite que os alunos conectem fatos históricos e sociais às formas de representação da violência na mídia, promovendo uma leitura crítica dos textos e uma maior compreensão do impacto cultural e político dessas narrativas. Essa colaboração não apenas enriquece o aprendizado, mas também estimula uma formação cidadã mais consciente e comprometida com a transformação social.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

CONTEXTUALIZAÇÃO

O professor pode começar com uma conversa reflexiva sobre o papel das notícias no cotidiano. Ele pode perguntar aos alunos quais tipos de notícias costumam ler, assistir ou ouvir, quais fontes utilizam e como essas informações impactam suas opiniões. Em seguida, o professor pode apresentar manchetes reais de casos de violência contra a mulher, destacando a maneira como a mídia retrata essas situações. Essa introdução pode ser acompanhada de uma discussão sobre como o feminicídio foi tipificado no Brasil em 2015 e como ele tem sido abordado ao longo da história e na atualidade.

Depois, o professor pode propor que os alunos analisem criticamente algumas dessas manchetes e reportagens, observando elementos como linguagem, tom, foco narrativo e imagens usadas. Nesse ponto, o professor pode conectar o tema à importância de compreender os contextos históricos e sociais da violência contra a mulher, destacando como a História ajuda a situar esses eventos em uma linha do tempo mais ampla, enquanto o Português possibilita a análise do impacto discursivo dessas narrativas.

Divisão dos grupos e leitura de notícias

A turma pode ser dividida em pequenos grupos de alunos. Cada grupo recebe um conjunto de notícias impressas ou digitais sobre casos reais de feminicídio no Brasil, com foco em diferentes regiões ou contextos históricos. Os grupos devem ler as notícias com cuidado, destacando informações essenciais como: Quem foi a vítima? Onde ocorreu o caso? Quando aconteceu? Quais foram as situações do crime?



Como a mídia apresenta a notícia? Os alunos devem anotar aspectos que chamam atenção, como o uso de linguagem sensacionalista (ou não), a ênfase em detalhes irrelevantes ou a ausência de informações contextuais importantes. Com base nas informações coletadas, os grupos devem reconstruir a notícia, escrevendo um lead (ou lide) com o objetivo de rerepresentar os fatos de maneira clara, ética, informativa e sensível sem fortalecer estereótipos ou revitimizar a mulher (*E se a vítima de feminicídio fosse uma pessoa do convívio do aluno, como ele gostaria que a notícia fosse dada?*). O lide é um parágrafo inicial que responde às perguntas fundamentais da notícia: *quem, o quê, quando, onde, por quê e como*. Ele resume a informação mais importante. Cada grupo apresenta seu lide ao restante da turma, comparando as diferenças entre a abordagem midiática original e a reescrita realizada pelo grupo. O professor promove uma roda de conversa sobre como a mídia pode influenciar a percepção pública do feminicídio e as responsabilidades éticas do jornalismo ao abordar temas tão sensíveis.

Sugestões de como fornecer os dados aos alunos

O professor pode oferecer notícias aos alunos utilizando diferentes formatos e fontes, considerando o acesso e a diversidade da turma. Aqui estão algumas sugestões:

Impressões físicas

- Recorte de jornais e revistas: Selecionar reportagens e manchetes de jornais ou revistas que tratam de casos de feminicídio. É importante que sejam textos de fácil leitura e que representem diferentes abordagens midiáticas (sensacionalistas, neutras ou reflexivas).
- Material impresso preparado pelo professor: Reunir trechos de notícias em um único documento, adaptando a linguagem se necessária para facilitar a compreensão dos alunos da EJA.

Fontes digitais

- Projeção em sala: Utilização de um projetor para exibir notícias de sites confiáveis diretamente, permitindo que os alunos acompanhem a leitura coletiva.

- Códigos QR ou links: Crie códigos QR ou links curtos que direcionam os alunos para notícias online. Essa abordagem é útil para turmas com acesso a dispositivos eletrônicos.
- PDFs ou arquivos digitais: Compartilhar arquivos de notícias por e-mail ou via plataformas como WhatsApp ou Google Drive, caso a turma use tecnologia digital.

Diversificação de abordagens midiáticas

- Apresentar uma mesma notícia tratada em diferentes mídias (jornais impressos, portais de internet, blogs, postagens em redes sociais) para que os alunos analisem como o tom e a abordagem mudam conforme a plataforma.

Construção de um acervo temático

- O professor pode montar uma "mesa temática" com jornais, revistas, tablets ou celulares disponíveis para que os grupos escolham as notícias que desejam trabalhar.
- Caso a turma tenha limitações de acesso, o professor pode selecionar previamente materiais específicos, priorizando notícias de relevância regional e nacional.



Análise das notícias e o contexto histórico da violência contra a mulher

Para analisar as notícias sobre feminicídio e refletir sobre como elas influenciam a percepção pública e as respostas sociais à violência contra as mulheres, os alunos podem adotar categorias e ferramentas que unam competências das disciplinas de Português e História. Abaixo estão algumas propostas:

1. Sugestão de análise de dados

1.1. Contexto histórico e social (História)

- Linha do tempo: identificar marcos históricos relacionados à violência contra a mulher e legislações importantes, como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015).
- Influência cultural e regional: Explorar como os contextos culturais e regionais moldam as narrativas sobre feminicídio nas notícias.
- Comparação temporal: Analisar se há mudanças nas abordagens midiáticas ao longo dos anos.

1.2. Estrutura e linguagem jornalística (Português)

- Tom e abordagem: Classificar a notícia como sensacionalista, informativa ou analítica e identificar os efeitos disso no público.
- Uso de adjetivos e expressões: Observar se a linguagem reforça estereótipos ou empatia. Exemplo: "Crime passionai" vs. "Feminicídio".
- Foco narrativo: identificar quem recebe mais atenção: a vítima, o agressor ou o crime em si, e quais são as implicações dessa escolha.

1.3. Representação e perspectivas (Interdisciplinar)

- Papel da vítima: Verificar como a vítima é descrita (características pessoais, situação econômica, contexto familiar).
- Responsabilidade: Analisar se há tentativa de crime ocasional ou responsabilizar a vítima e o agressor de forma explícita.
- Impacto no leitor: Refletir sobre como o texto pode gerar empatia, indignação ou apatia no público.

2. Ferramentas para análise

2.1. Mapas conceituais e quadros comparativos

- Os alunos podem organizar as informações em mapas conceituais que mostram os principais pontos de cada notícia. Exemplo: contexto do caso, perfil da vítima, perfil do agressor, linguagem utilizada e impacto gerado.
- Utilizar quadros comparativos para visualizar diferenças nas abordagens entre veículos de comunicação.

2.2. Análise de Palavras-Chave

- Use ferramentas como WordCloud (nuvem de palavras) para identificar termos mais frequentes nas notícias. Isso ajuda a entender o foco narrativo e os estereótipos linguísticos.

2.3. Análise de pontes e perspectivas

- Trabalhar com uma tabela para classificar as notícias por veículo de mídia, tom utilizado (positivo, neutro ou *negativo*) e *relevância do tema feminicídio* no contexto geral da reportagem.

2.4. Linha do tempo interativa

- Criar uma linha do tempo digital com ferramentas como Canva ou Timeline JS, situando os casos desenvolvidos em relação aos avanços históricos na luta contra a violência de gênero.

2.5. Discussões e Produção Escrita

- Realizar rodas de conversa para discutir como as notícias despertam emoções e reflexões nos alunos.



Avaliação de aprendizagem

O Flashcard

O flashcard é uma ferramenta educativa simples e eficaz, geralmente, composta por cartões ou fichas que contêm informações de um lado e perguntas, respostas ou definições do outro. Essa ferramenta auxilia na memorização e compreensão de conceitos ao incentivar a associação entre as informações apresentadas. No contexto desta atividade, o flashcard pode ser utilizado para apresentar dados sobre casos de feminicídio, com informações como o perfil das vítimas, detalhes do crime e aspectos relacionados à cobertura midiática. Os alunos usarão esses cartões para reconstituir histórias, refletir sobre as abordagens jornalísticas e analisar as diferenças entre a narrativa midiática e a forma como eles podem recontar o caso.

A atividade com flashcards propõe uma avaliação que vai além da simples memorização de informações. Ao recontar um caso de feminicídio a partir de uma notícia, os alunos terão a oportunidade de refletir sobre o impacto da linguagem jornalística na percepção pública sobre a violência contra a mulher. Essa avaliação permite que eles identifiquem como a mídia pode, muitas vezes, reforçar estigmas ou até mesmo desumanizar as vítimas. Além disso, ao reconstruírem a narrativa, os alunos têm a chance de desenvolver uma visão mais crítica e empática sobre o tema, colocando em prática os conhecimentos adquiridos e contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e sensíveis às questões de gênero e violência.

Desenvolvimento da atividade com flashcards

O professor inicia lembrando os objetivos da atividade e a pergunta-problema: *"Como as notícias que consumimos podem influenciar a forma como vemos e respondemos à violência contra as mulheres?"* A seguir, o conceito de flashcards é apresentado como uma ferramenta interativa para reconstruir e analisar narrativas, enfatizando a importância de refletir sobre como a mídia molda as percepções sociais sobre feminicídio.

Os alunos são divididos em grupos, promovendo a interdisciplinaridade. Cada grupo recebe materiais (notícias impressas ou digitais, fichas de orientação e recursos para criar os flashcards) e escolhe ou recebe uma notícia sobre um caso real de feminicídio. Orientados por perguntas-guia, os grupos devem:

- Identificar informações básicas do caso: quem, onde, quando, como e por quê.
- Analisar criticamente a linguagem usada na notícia, com perguntas como:
 - Como a vítima é retratada?
 - Há estigmatização ou tentativa de culpabilização da vítima?
 - Como o agressor é descrito?
 - Quais elementos sociais, culturais ou históricos são abordados (ou ignorados)?

Cada grupo cria flashcards organizados em categorias como:

- *Perfil da vítima: idade, profissão, contexto social.*
- *Contexto do crime: local, motivação aparente, circunstâncias.*
- *Linguagem da notícia: termos usados para descrever vítima e agressor.*
- *Interpretação do grupo: como recontariam o caso, destacando as diferenças em relação à mídia.*
- *Utilizando os flashcards, os grupos montam a história do crime de maneira reflexiva e crítica:*
- *Como a história foi contada pela mídia?*
- *Como podemos recontá-la para dar mais ênfase à vítima e às questões sociais?*

Essa etapa permite que os alunos reflitam sobre a influência da mídia e exercitem a empatia ao reescrever narrativas mais inclusivas e conscientes. Após a elaboração, cada grupo apresenta sua reconstrução para a turma, destacando:

- *As diferenças entre a narrativa original da mídia e a criada por eles.*
- *As razões para as mudanças realizadas.*
- *Reflexões sobre o papel da mídia na perpetuação de estereótipos ou na conscientização social.*

O professor conduz um debate coletivo, com questões como:

- *Por que a mídia pode reproduzir estigmas ou reforçar desigualdades?*
- *Como podemos consumir notícias de forma crítica e consciente?*
- *Quais práticas podem ajudar a desconstruir narrativas que desumanizam as vítimas?*

Indicadores de desempenho:

- *Compreensão do tema:* O aluno identifica corretamente os tipos de violência contra a mulher e compreende como a mídia os retrata, utilizando os dados dos flashcards de forma clara e precisa?
- *Capacidade crítica e reflexiva:* O aluno consegue identificar e discutir as diferenças entre a narrativa midiática e a reconstrução do caso de feminicídio, oferecendo uma análise crítica sobre a influência da mídia na percepção pública do tema?
- *Criatividade e apresentação:* O aluno apresenta os flashcards de forma criativa e organizada, com uma reconstrução clara e coerente do caso de feminicídio, considerando as variáveis importantes na narrativa?
- *Adequação ao contexto histórico e social:* O aluno consegue contextualizar corretamente o caso de feminicídio dentro de um cenário histórico e social, considerando fatores que influenciam a violência de gênero?
- *Trabalho colaborativo:* O aluno contribui de forma ativa e significativa para a construção do trabalho em grupo, compartilhando ideias e ajudando na elaboração da narrativa coletiva sobre o feminicídio?

Ao final, o professor faz uma síntese das reflexões coletivas e registra os principais aprendizados no quadro ou em fichas coletivas. Os flashcards podem ser expostos em um mural ou guardados como material para futuras atividades.



Material

Para os flashcards:

- Cartolinas, papel cartão ou fichas de anotações (em tamanho adequado para escrita e montagem).
- Canetas coloridas, marcadores e lápis para personalização dos flashcards.
- Adesivos ou carimbos para identificação de categorias (ex.: perfil da vítima, contexto do crime, linguagem utilizada etc.).

Notícias sobre Femicídio:

- Impressões de notícias de portais confiáveis, revistas ou jornais (digitais ou físicos) previamente selecionadas pelo professor.
- Links ou QR codes para acesso digital às notícias em dispositivos móveis ou computadores.

Ferramentas de pesquisa e análise:

- Tabelas ou fichas-guia com perguntas orientadoras para análise crítica (ex.: "Como o crime é descrito?", "Qual linguagem é usada para a vítima e para o agressor?", "Quais elementos sociais e culturais são mencionados?").
- Quadro ou projetor para demonstração e explicações durante a atividade.

Materiais para apresentação:

- Painel de cortiça, mural ou parede com fita adesiva para exposição dos flashcards e comparações entre narrativas.
- Marcadores de quadro branco ou *flipchart* para registrar as reflexões coletivas.

Recursos digitais:

- Computadores, tablets ou celulares para pesquisa adicional ou acesso a notícias online.
- Softwares simples de edição de texto ou ferramentas colaborativas, como Google Docs ou Canva, caso os flashcards sejam produzidos digitalmente.

Materiais de apoio:

- Dicionários ou glossários de termos relacionados ao tema (ex.: "femicídio", "violência de gênero").
- Textos introdutórios ou vídeos curtos sobre violência contra a mulher e o papel da mídia (como recursos para contextualização).



Feminicídio nas páginas de jornais: a notícia que (não) precisamos ler!

- ANITA DAYSE SILVA DE SALES
- JÚLIA VITÓRIA DE LIMA GOMES BARBOSA
- KARLA ALVES MARINHO DOS SANTOS
- KAYLANE ALVES MARINHO DOS SANTOS
- LIDIANE DO NASCIMENTO SOUZA
- LORRANNY ALMEIDA DE LUCENA
- PATRÍCIA SILVA ROSAS DE ARAÚJO
- ROBERTA VIANA DO ROSÁRIO FERNANDES
- SILMARA GOMES BARBOSA



GRANDES MULHERES



Primeira mulher negra a ser doutora
em física no Brasil



(1957)

SAIBA MAIS

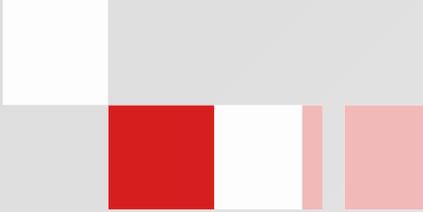
Conheça mais
sobre a vida de
Sônia Guimarães



SÔNIA GUIMARÃES

Sônia Guimarães, nascida em 1957 em São Paulo, é a primeira mulher negra e brasileira a se tornar doutora em Física. Em 1993, também se tornou a primeira negra a lecionar no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Durante a sua carreira teve que superar diversos desafios, como o machismo e o racismo no ambiente acadêmico.

Sua história de sucesso continua a inspirar outras mulheres e garotas a serem perseverantes ao conquistar os seus sonhos.



BREAKING NEWS



× × × × × × × × × × × × × × × ×
× × × × × × × × × × × × × × × ×

GOVERNO DO ESTADO, MPF, MPPB E DPE LANÇAM RECOMENDAÇÕES PARA ÉTICA NA COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PARAÍBA

10 de Dezembro de 2024



O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE) formalizaram no dia 10 de dezembro de 2024, a assinatura das Recomendações nº 10/2024 e nº 11/2024, reafirmando o compromisso das instituições públicas em garantir compromissos éticos na veiculação de conteúdos sobre violência contra mulheres.

As recomendações dirigidas aos meios de comunicação paraibanos, à Secretaria de Estado da Comunicação Institucional (Secom-PB) e à Assembleia Legislativa da Paraíba marcam um avanço no combate à violência contra as mulheres e na regulamentação das contratações públicas relacionadas à comunicação. Esses documentos foram elaborados com base no "Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: Diretrizes para uma Cobertura Responsável", desenvolvido pelo Governo da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba (Semdh-PB), o Intervezes e o Observatório Paraibano de Jornalismo.

A Recomendação nº 10/2024 orienta os meios de comunicação sobre como abordar a violência contra as mulheres e os feminicídios de maneira ética, evitando o sensacionalismo, imagens apelativas e conteúdos que minimizem a gravidade dos crimes ou promovam os agressores. Já a Recomendação nº 11/2024 orienta a Secom-PB e a Assembleia Legislativa da Paraíba a estabelecer regulamentações para as contratações públicas de publicidade, assegurando a adoção de práticas éticas na divulgação de conteúdos sobre a violência contra as mulheres. As diretrizes incluem garantir o cumprimento da Recomendação nº 10/2024 e do Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, priorizando empresas com boas práticas e impondo penalidades em casos de descumprimento.

Para conhecer o "Guia de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: Diretrizes para uma Cobertura Responsável" e as recomendações 10 e 11, acesse o link abaixo:

[O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, o Ministério Público Federal \(MPF\), o Ministério Público do Estado da Paraíba \(MPPB\) e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba \(DPE\) formalizaram](#)



Clique

**E VAI PASSANDO!
AS LEIS DE
PROTEÇÃO À
MULHER EM POST
DE INSTAGRAM**



Nos últimos anos, as redes sociais se tornaram essenciais na mobilização e conscientização sobre a violência de gênero e o feminicídio. Para transformar essas plataformas em agentes de mudança, é necessário entender profundamente as leis que protegem as mulheres. A união do direito com as redes sociais amplifica vozes, espalha informações e cria uma rede de apoio, permitindo empoderar mulheres, educar a população e fomentar um movimento coletivo de conscientização sobre o feminicídio e as políticas públicas de combate a essa violência.

De que forma podemos utilizar o Instagram como ferramenta para combater o feminicídio, mobilizando nossa comunidade para se engajar nessa causa?



Objetivos

- *Compreender o papel das redes sociais como ferramenta de mobilização e conscientização no combate ao feminicídio, promovendo discussões e ações que envolvem a comunidade em torno da causa.*
- *Popularizar as leis de combate à violência contra a mulher, especialmente as relacionadas ao feminicídio, utilizando o Instagram como plataforma principal, para educar e engajar o público de forma dinâmica e acessível.*



A união entre mídia social e direito tem se mostrado cada vez mais relevante no contexto de mobilização social, especialmente quando se trata de temas urgentes como o feminicídio. Plataformas como o Instagram, com seu vasto alcance e capacidade de engajamento, oferecem um canal poderoso para disseminar informações, conscientizar e mobilizar a sociedade. Quando utilizadas de maneira estratégica, essas redes sociais podem se tornar aliadas essenciais na popularização das leis de combate à violência de gênero, além de servir como ferramenta para criar uma rede de apoio e empoderamento. Ao integrar informações jurídicas com o alcance das mídias sociais, é possível sensibilizar amplas camadas da população, incentivar o debate público e promover a construção de uma cultura de respeito e igualdade, essencial para o enfrentamento do feminicídio.

A pergunta “De que forma podemos utilizar o Instagram como ferramenta para combater o feminicídio, mobilizando nossa comunidade para se engajar nessa causa?” nos ajuda a pensar em como uma plataforma digital, com alcance global e instantâneo, pode ser utilizada de forma estratégica para mobilizar e engajar a comunidade em uma causa urgente. Além disso, essa questão nos impulsiona a buscar ações concretas, a partir de nossa própria voz, para gerar conscientização, compartilhar informações importantes sobre direitos e leis de proteção às mulheres, e criar um movimento coletivo que desafie a violência e promova a igualdade. Nos leva a pensar em como cada publicação, cada interação na plataforma, pode ser uma semente de mudança social, despertando o compromisso de todos em combater o feminicídio.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

CONTEXTUALIZAÇÃO

O professor pode começar a atividade expondo diversos banners ou cartazes com as leis relacionadas ao combate à violência contra a mulher (Lei Maria da Penha, Lei do Assédio Sexual, Lei Mariana Ferrer, etc.) em pontos visíveis da sala. Em seguida, o professor organiza os alunos em uma roda de diálogo, onde todos têm a oportunidade de falar sobre o que sabem ou conhecem sobre as leis expostas. O momento tem como objetivo investigar o conhecimento prévio dos alunos sobre as legislações, identificar lacunas e estimular a curiosidade para a discussão e compreensão dos temas. Durante essa roda, o professor pode fazer perguntas como:

- "Quem já ouviu falar dessas leis?"
- "O que vocês sabem sobre a Lei Maria da Penha?"
- "Como acham que essas leis ajudam a combater a violência contra a mulher?"

O professor registra as respostas dos alunos no quadro, permitindo um debate sobre o impacto e a importância das leis na sociedade.

Após o levantamento das ideias iniciais, o professor detalha algumas leis, explicando cada uma delas de forma acessível:

- Lei do Assédio Sexual (Lei nº 10.224/2001)
- Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)
- Lei de atendimento obrigatório e integral a vítimas de violência sexual (Lei nº 12.845/2013)
- Lei da importunação sexual (Lei nº 13.718/2018)
- Lei Mariana Ferrer (Lei nº 14.245/2021)
- Lei do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Lei nº 14.149/2021)
- Lei Agosto Lilás (Lei nº 14.448/2022)
- Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015)

O professor pode utilizar recursos como vídeos curtos, textos explicativos ou até mesmo convidar um especialista (como um advogado ou defensor público) para falar sobre essas leis.



DIVISÃO DOS GRUPOS PARA LEITURA DE LEIS E CONSTRUÇÃO DE POSTS

A turma pode ser dividida em pequenos grupos, cada um recebendo uma ou mais leis para leitura. O professor fornece trechos selecionados das legislações, como o exemplo: Lei Maria da Penha (11.340/2006), artigo 5º: "Violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que causa morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial."

Cada grupo deve:

- Ler e compreender o texto legal.
- Identificar informações-chave e direitos garantidos.
- Selecionar trechos que podem ser transformados em posts informativos e atrativos para o Instagram.

O Instagram oferece diferentes tipos de publicação (*feed*, *stories* ou *reels*) para atender a diversos propósitos e estilos de comunicação. Cada tipo possui características únicas que podem ser usadas de forma estratégica para engajar o público. Utilizando materiais como papel, canetas, celular ou até ferramentas digitais (se disponíveis), os grupos montam rascunhos dos posts, como por exemplo:

Publicações no Feed

Formato: fotos ou carrossel

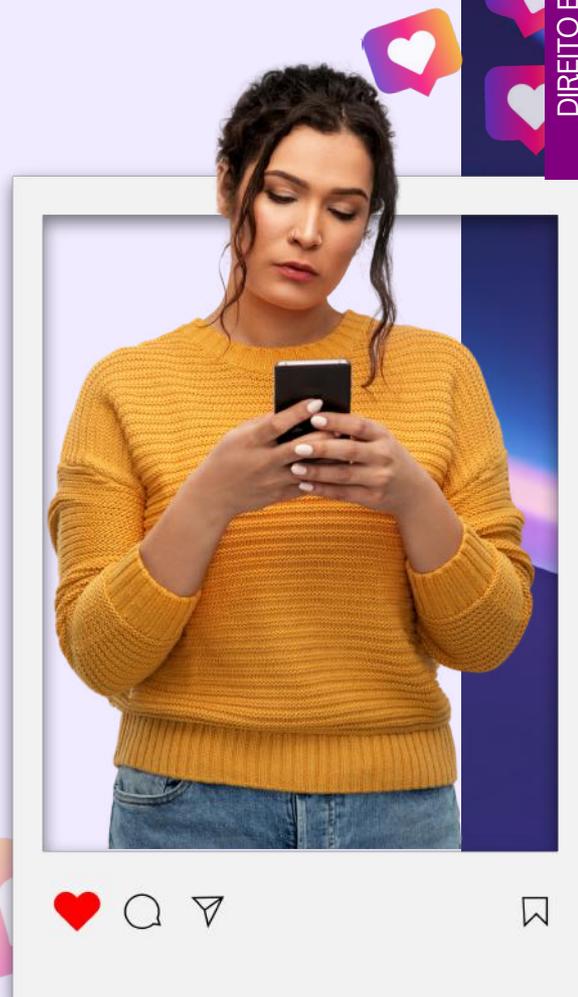
- Lei Maria da Penha: Um carrossel destacando:
 - a.O artigo 5º da Lei.
 - b.Tipos de violência que ela cobre (física, psicológica, patrimonial, etc.).
 - c.Como as mulheres podem buscar ajuda.
- Lei de Importunação Sexual: Foto com um design simples destacando o conceito e exemplos de comportamentos considerados como importunação.

Dica: Use legendas explicativas e hashtags como #LeiMariaDaPenha e #CombateAoFeminicídio.

Pode-se também criar postagem temática para cada lei, como por exemplo: (a) Lei Maria da Penha: Explicação sobre o que configura violência doméstica e como buscar proteção; b) Lei do Assédio Sexual: Infográfico mostrando exemplos de assédio no ambiente de trabalho; c) Lei da Importunação Sexual: Vídeo destacando a diferença entre importunação e assédio; d) Lei Mariana Ferrer: Carrossel explicando o conceito de "violência institucional"; e) Agosto Lilás: Um post educativo destacando as ações do mês de combate à violência.

Stories

- Interatividade:
 - Enquete: "Você conhece a Lei Maria da Penha?"
 - Pergunta: "Você sabe o que configura importunação sexual?"
 - Questionário: "Qual lei criminaliza o assédio sexual? a) Lei nº 10.224/2001, b) Lei nº 13.718/2018."
- Slides curtos: Resuma cada lei em frases curtas e impactantes com imagens ou ícones que reforçam a mensagem.
- Links úteis: Compartilhar links de cartas ou sites governamentais sobre as leis.



Reels

- Vídeos criativos e sonoros:
 - Um Reels com uma encenação breve de situações cotidianas que exemplifiquem a aplicação das leis, seguida de uma explicação do que fazer nesses casos.
 - Uma apresentação rápida mostrando como denunciar usando o 180.
 - Reels educativos explicando a diferença entre assédio sexual e importunação.

IGTV (ou vídeos longos no feed)

- Explicação detalhada:
 - Uma discussão mais longa sobre os impactos da Lei Maria da Penha na redução de feminicídios.
 - Entrevistas com especialistas, como advogados ou assistentes sociais, sobre como as leis estudadas.

Colaboração (Postagens de colaboração)

- A turma pode criar parcerias com perfis locais ou estudantis para ampliar o alcance, como ONGs ou grupos de apoio às mulheres.
- A turma pode criar um post colaborativo explicando como a comunidade pode se mobilizar.

AÇÕES DE ENGAJAMENTO

Para engajar a comunidade no combate ao feminicídio e à violência de gênero por meio do Instagram, é fundamental adotar estratégias viáveis e criativas, especialmente para os alunos da EJA. Essa rede social, com seu alcance expressivo e sonoro, permite que informações importantes sejam compartilhadas de forma interativa e inclusiva. Por meio de conteúdos educativos, campanhas de mobilização e parcerias locais, os alunos podem transformar o Instagram em um poderoso canal de conscientização e ação coletiva, inspirando mudanças em sua comunidade. Vejamos algumas ações de engajamento:

- Linguagem simples e clara: Usar uma linguagem direta e objetiva, sem jargões jurídicos, para facilitar a compreensão.
- Design visual atraente: Utilizar núcleos fortes, fontes grandes e imagens de fácil compreensão para chamar a atenção.
- Vídeos Curtos: Gravar vídeos explicando as leis em até 60 segundos, com exemplos práticos que conectam o conteúdo à realidade da comunidade.
- Enquetes e Perguntas nos Stories:
 - “Você conhece a Lei Maria da Penha?”
 - “Quais dúvidas você tem sobre violência de gênero?”
- Caixa de Perguntas: Incentivar os seguidores a enviar perguntas sobre leis e responder com postagens ou vídeos simples.
- Hashtags locais: Criar hashtags específicas para o projeto, como #EJAPorElas ou #LeisQueProtegem.
- Desafios virais: Lançar desafios, como gravar um vídeo falando uma frase da Lei Maria da Penha ou compartilhar dicas de como ajudar uma vítima de violência.
- Dia de postagem coletiva: Incentivar os seguidores a compartilhar postagens dos alunos em seus próprios perfis com mensagens de conscientização.



- Parcerias com ONGs ou Grupos Locais: Divulgar o projeto em perfis de organizações comunitárias que já atuam no combate à violência contra a mulher.
- Perfis de Influenciadores Locais: Convidar influenciadores regionais ou conhecidos na comunidade para apoiar e divulgar o projeto.
- Eventos online ou presenciais: Promover uma live no Instagram com especialistas locais ou organizar rodas de conversa presenciais e transmitir trechos no Instagram.
- Postagens temáticas semanais: Dedicar uma semana para cada lei, com posts diários explicando seu impacto.
- Testemunhos anônimos: Compartilhar histórias reais (com consentimento) que mostrem como essas leis fizeram diferença na vida das mulheres.
- Infográficos com Dados Locais: Destacar estatísticas de feminicídio na região e como a comunidade pode atuar para combater esse problema.
- Modelos prontos para compartilhar: Criar cartões com mensagens de apoio ou informações importantes para que os seguidores possam repostar.
- Prêmios simbólicos: Fazer sorteios de itens simples (como marcadores de livros ou cadernos personalizados com o tema) para quem compartilhar mais os posts.
- Séries educativas: Criar uma série de posts ou vídeos curtos, como "Você sabia?", com curiosidades sobre as leis.
- Quiz Interativo: Incentivar à participação com jogos nos stories, como quizzes sobre os direitos das mulheres e como identificar violência.
- Divulgação na comunidade escolar: Incentivar os alunos a convidarem colegas e familiares para seguirem e interajam com o perfil.
- Interaja com comentários: Responder perguntas ou dúvidas que surgem nas postagens.
- Resultados visíveis: Mostrar dados de engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos) para motivar os alunos a continuar.
- Agradecimento público: Criar posts para agradecer aos seguidores pelo apoio, incentivando a continuidade da participação.

Essas estratégias podem transformar o Instagram em um espaço de mobilização, conscientização e engajamento comunitário sobre o combate ao feminicídio e à violência de gênero.



É hora de observar indicadores que revelem a compreensão, aplicação e impacto das atividades realizadas pelos alunos. Isso pode acontecer através de uma roda de conversa, diário de bordo, autoavaliação, feedback em grupo, dentre outros instrumentos avaliativos. Na avaliação da aprendizagem, os alunos podem responder algumas questões reflexivas, como:

- Os posts produzidos foram claros, informativos e capazes de gerar reflexão sobre o feminicídio e as leis de proteção à mulher?
- Houve engajamento por parte da comunidade escolar ou externa (curtidas, comentários ou compartilhamentos)?
- Houve debates ou interações entre colegas, familiares ou outros seguidores sobre a importância do combate ao feminicídio?
- A proposta teve impacto mensurável (feedback qualitativo ou quantitativo, como reações nos posts ou divulgação geradas)?
- Houve a compreensão de que as redes sociais, especialmente o Instagram, podem ser usadas para promover mudanças sociais?
- Foi possível identificar boas práticas para engajar um público diverso por meio de estratégias de comunicação digital?
- Houve explicação sobre as leis de forma clara e adaptadas ao público-alvo?
- Os conteúdos produzidos destacaram pontos essenciais das legislações?

Se os alunos alcançaram maior compreensão sobre o feminicídio, utilizaram o Instagram de forma estratégica e conseguiram mobilizar a comunidade para o debate, podem-se considerar que os objetivos e a pergunta-problema foram respondidos com sucesso.



MATERIAL

Ferramentas de pesquisa e análise:

- Cópias físicas das leis contra a violência de gênero, como: Lei Maria da Penha; Lei do Assédio Sexual; Lei da Importunação Sexual; dentre outras mencionadas no projeto.
- Resumos das principais leis, com linguagem acessível, para facilitar a compreensão.
- Informativos sobre feminicídio e as legislações.
- Espaço para os alunos escreverem suas reflexões ou ideias durante uma roda de conversa.
- Canetas, marcadores, papéis coloridos, cartolinas, adesivos e outros itens para anotações e design de ideias.
- Relatórios, anuários, pesquisas ou gráficos sobre casos de feminicídio nos últimos anos, para embasar as discussões e publicações.
- Fontes confiáveis para pesquisa sobre feminicídio e estatísticas, como IBGE, IPEA ou portais de notícias.
- Espaço para rodas de conversa, debates e planejamento em grupo.

Materiais para criação de conteúdo:

- Computadores, tablets ou celulares com acesso à internet para pesquisa e criação de conteúdos.
- Acesso à internet.
- Ferramentas de design, como Canva, para criar publicações visuais no Instagram.
- Uma conta ou perfil da turma/projeto/escola no Instagram para postar os conteúdos criados.
- Aplicativos para edição de vídeo, como InShot ou CapCut.

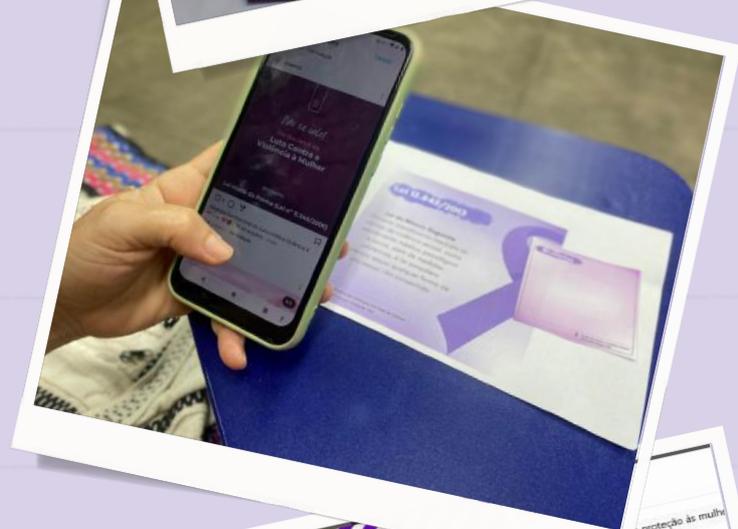
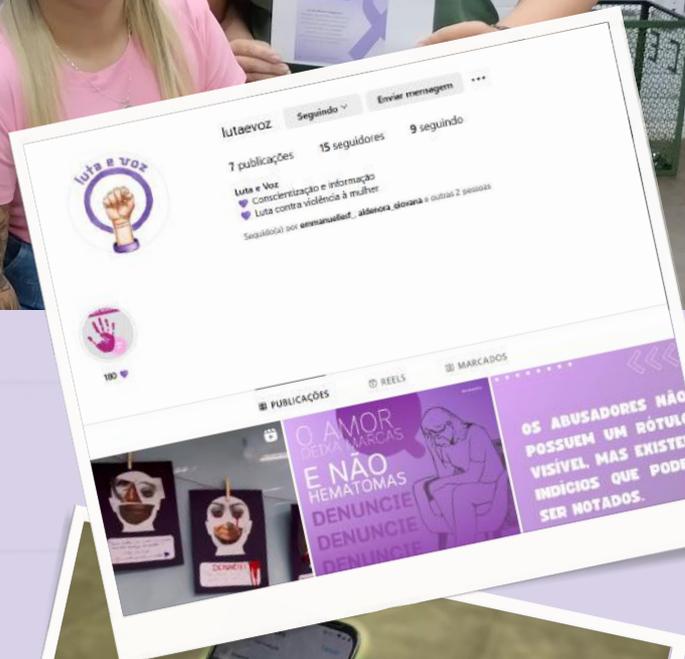
Recursos audiovisuais :

- Câmeras (ou celulares com boas câmeras) para produção de fotos e vídeos para o Instagram.
- Acesso às ferramentas do Instagram (stories, reels, posts, lives, enquetes).
- Vídeos ou guias sobre como usar o Instagram de forma estratégica.



CLICA E VAI PASSANDO! AS LEIS DE PROTEÇÃO À MULHER EM POST DE INSTAGRAM

- ALDENORA GIOVANA DA SILVA
- ALINE MARIA DA SILVA LIMA
- CAMILA ALEXANDRE DE LIMA
- LARISSA DE LOURDES AMORIM SANTOS
- MARIA EDUARDA DOS SANTOS CAVALCANTI
- MARÍLIA ANSELMO BARBOSA
- PATRÍCIA SILVA ROSAS DE ARAÚJO
- PAULO JOSÉ GOMES COSTA



GRANDES MULHERES

Uma das maiores escritoras do Brasil

CLARICE LISPECTOR

Clarice Lispector, foi uma grande desbravadora em sua época que em suas obras abordava temas sobre o mundo feminino e as suas complexidades. Aos 23 anos Clarice Lispector ganhou o Prêmio Graça Aranha de melhor romance do ano por seu primeiro livro, *Perto do Coração Selvagem*, publicado em 1943. A sua obras perpassam até a atualidade, impactando leitores em todo o Brasil.



(1920–1977)

SAIBA MAIS

Conheça mais
sobre a vida de
Clarice
Lispector





AS FACES DO FEMINICÍDIO

Este projeto visa integrar a arte e a educação socioemocional como ferramentas poderosas para denunciar a violência contra a mulher. A arte, ao tocar as emoções e reflexões, tem o potencial de sensibilizar, provocar discussão e criar espaços de empatia, tornando-se um meio eficaz de conscientização. Através da educação socioemocional, os alunos serão estimulados a refletir sobre suas próprias emoções, atitudes e valores, desenvolvendo habilidades para fortalecer estigmas e preconceitos, ao mesmo tempo que compreendem a violência de gênero em sua complexidade. Juntas, arte e educação socioemocional são fundamentais para construir uma sociedade mais empática, crítica e comprometida com a igualdade de gênero e o enfrentamento ao feminicídio.

Como a arte pode contribuir para refletir, denunciar e combater a violência contra a mulher?



Objetivo

- *Examinar o papel da arte como ferramenta de denúncia, conscientização e enfrentamento ao feminicídio, promovendo reflexões sobre a violência de gênero na sociedade atual.*
- *Desenvolver uma manifestação ou expressão artística que denuncie a violência contra a mulher, sensibilizando a comunidade sobre a gravidade do tema.*



Integrar arte e educação socioemocional no contexto da EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma estratégia poderosa para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Ao utilizar a arte como ferramenta para refletir sobre temas como a violência contra a mulher, os alunos são desafiados a observar, questionar e analisar a realidade social ao seu redor, desenvolvendo uma visão mais crítica sobre as questões de gênero e suas implicações.

A arte permite que os alunos expressem suas emoções, experiências e percepções de forma criativa, incentivando a reflexão pessoal e coletiva sobre os problemas sociais. Ao criar e analisar obras de arte que abordam a violência de gênero, os alunos têm a oportunidade de refletir sobre suas próprias vivências, identidades e relações, além de confrontar estereótipos e preconceitos que muitas vezes permeiam a sociedade. Isso fomenta uma tomada de consciência mais profunda sobre as injustiças e desigualdades presentes em sua realidade.

Além disso, a educação socioemocional oferece ferramentas para que os alunos desenvolvam habilidades de autoconhecimento, empatia, comunicação e resolução de conflitos. Esses aspectos são fundamentais para que compreendam melhor as emoções envolvidas em situações de violência e como elas impactam as vítimas. Ao aprender e gerenciar suas próprias emoções e entender os outros, os alunos se tornam mais capazes de questionar práticas violentas e contribuir para um ambiente de respeito e igualdade.

Combinando a expressão artística e as competências socioemocionais, os alunos da EJA não apenas aprendem sobre os direitos das mulheres e as formas de combater o feminicídio, mas também se tornam mais habilidosos em analisar criticamente as estruturas sociais, culturais e históricas que perpetuam a violência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

CONTEXTUALIZAÇÃO

A arte tem sido uma poderosa forma de expressão e resistência ao longo da história, sendo utilizada como meio de denúncia, sensibilização e conscientização de questões sociais. No contexto da violência contra a mulher, artistas mulheres ao redor do mundo, como Frida Kahlo, criaram suas obras para expressar seus sofrimentos, experiências e críticas às desigualdades de gênero. Combinando a arte com a educação socioemocional, podemos proporcionar aos alunos da EJA uma oportunidade única de reflexão sobre suas emoções, sua identidade e o papel da arte na transformação social, ao mesmo tempo em que denunciam a violência de gênero e estimulam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

O professor pode iniciar a atividade com uma apresentação sobre o papel da arte na luta contra a violência de gênero, explicando como artistas mulheres, ao longo da história, criaram suas obras para protestar contra desigualdades e opressões. Uma das artistas que pode ser apresentada é Frida Kahlo, cujas obras abordam temas como dor, sofrimento e desigualdade de gênero. O professor pode destacar como Frida transformou sua dor pessoal em uma arte que denuncia e faz reflexão sobre a violência contra as mulheres.

O professor também pode apresentar outras artistas contemporâneas que utilizam a arte como forma de denúncia, como a artista brasileira Adriana Varejão, que discute em suas obras as questões do corpo feminino e da violência, ou a artista Tatyana Fazlalizadeh, que usa seu trabalho para combater o assédio sexual, ou a fotógrafa e ativista sul-africana, Zanele Muholi, cujas obras focam em questões de identidade, sexualidade e violência contra mulheres, especialmente mulheres negras e lésbicas na África do Sul.

Os alunos, então, são convidados a discutir como essas artistas utilizam a arte para comunicar suas experiências e a importância de utilizar a arte como forma de protesto e denúncia.



Divisão dos grupos e mão na massa

Após o momento de reflexão inicial, a turma pode ser dividida em grupos. A proposta é realizar uma atividade prática em que cada grupo de alunos recrie rostos de mulheres vítimas de violência, inspirada na frase da Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmem Lúcia: “No assassinato de mulheres, joga-se álcool no rosto, esfaqueia-se no rosto, atira-se no rosto para abalar a imagem - ‘quero destruir que você existiu’”.

O intuito é ressignificar esses rostos, simbolizando não apenas o sofrimento, mas também a resistência e a sustentação da imagem feminina. O professor irá relembrar a frase de Carmem Lúcia e sua profundidade. A ideia é sensibilizar os alunos sobre o impacto da violência no rosto da mulher, tanto no sentido físico quanto simbólico. A reflexão deve explorar como a violência de gênero é muitas vezes direcionada para desfigurar, desumanizar e apagar a identidade da mulher.

Cada grupo deve criar uma peça de arte que denuncie a violência contra a mulher. A criação pode envolver diversos materiais, como pintura, escultura, fotografia, recorte e colagem. O professor oferece diversos recursos, como tintas, papéis, materiais recicláveis, pincéis, revistas para recorte, entre outros, para estimular a criatividade dos alunos.

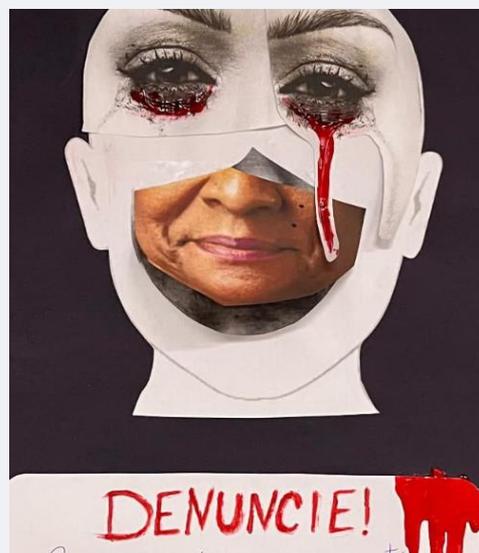
Durante o processo de criação, os alunos devem refletir sobre como suas obras podem transmitir mensagens sobre a violência contra a mulher, explorando o uso simbólico de núcleos, formas e imagens que remetem ao tema da violência, mas também à resistência e à força feminina.

Enquanto os alunos criam suas peças, o professor circula entre os grupos, auxiliando-os na reflexão sobre as emoções envolvidas no tema e estimulando o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autoconhecimento e comunicação assertiva. O objetivo é que cada grupo expresse suas ideias de forma colaborativa, refletindo sobre o impacto social da violência contra a mulher e criando uma peça que tenha um forte poder de conscientização.

Após a criação das obras, o momento de reflexão coletiva é essencial para que os alunos aprofundem o entendimento sobre o impacto da arte na denúncia e no combate à violência de gênero. Essa etapa serve para conectar as produções artísticas ao contexto mais amplo da luta contra a violência, permitindo aos alunos refletir não apenas sobre os aspectos estéticos de suas obras, mas também sobre os significados e mensagens que elas transmitem. O professor deverá orientar essa reflexão de maneira empática e interativa, promovendo uma análise crítica e emocional das peças criadas.

O professor pode criar a participação ativa de todos os alunos, permitindo que cada um compartilhe suas interpretações sobre as obras criadas. As questões devem ser abertas e provocativas, buscando conectar a criação artística à vivência de cada aluno em relação ao tema da violência contra a mulher. As perguntas podem ser divididas em três grupos principais: (1) *O que cada obra transmite sobre a violência de gênero?*

Possíveis discussões: Como a dor, o medo e o sofrimento foram expressos nas obras? Houve o uso de cores escuras, contrastes fortes ou imagens fragmentadas para simbolizar a agressão? De que forma a representação do rosto feminino nas obras pode refletir a destruição de identidade imposta pela violência?



(2) *Como a arte pode reverter a imagem da mulher vítima de violência e resgatar sua dignidade?*

- *Possíveis discussões:* De que maneira a arte pode ser uma ferramenta para reconstruir a imagem da mulher de forma positiva? Os alunos percebem em suas obras um movimento de resgatar a dignidade da mulher através de representações que demonstram força, empoderamento e resgate da identidade? Como a estética de acabamento foi abordada nas obras, como na inclusão de elementos que simbolizam resistência e superação (por exemplo, flores, luz, núcleos vibrantes)?

(3) *Quais elementos da obra representam resistência e superação?*

- *Possíveis discussões:* Os alunos podem identificar o uso de cores vivas e tons quentes para representar a força, ou de elementos simbólicos, como flores ou linhas ascendentes, o que pode sugerir crescimento e cura. Que símbolos de resistência, como correntes quebradas, flores que crescem entre rachaduras ou figuras de mulheres de cabeça erguida, foram utilizadas nas obras? O que cada símbolo escolhido pela turma representa dentro do contexto do feminicídio e da luta contra a violência?

Para finalizar, o professor pode perguntar aos alunos como a arte pode ser um resultado para a mudança social, conectando a discussão ao impacto que essas produções podem ter em um público mais amplo. Como a arte pode despertar o interesse da sociedade para a luta contra a violência de gênero e contribuir para uma cultura de empoderamento e respeito à mulher?

Para finalizar esse momento, o professor pode sugerir que as obras de arte sejam usadas para promover a conscientização fora da sala de aula. Por exemplo, se possível, as peças podem ser compartilhadas em redes sociais (com consentimento dos alunos), expostas em espaços públicos ou integradas para outras campanhas de conscientização. Essa etapa conecta a arte à ação prática e ao engajamento com a comunidade.

Avaliação de aprendizagem

A avaliação deve valorizar a análise do tema, o esforço colaborativo, a criatividade e o impacto da obra na conscientização sobre a violência de gênero. Vejamos algumas indicações avaliativas:

Compreensão e reflexão sobre o tema:

Indicadores:

- O aluno demonstrou entendimento sobre o papel da arte como ferramenta de denúncia de violência contra a mulher?
- O aluno foi capaz de identificar como a obra de arte escolhida para pesquisa (por exemplo, de Frida Kahlo) aborda temas de sofrimento, resistência ou denúncia de violência de gênero?
- O aluno refletiu sobre como sua obra representa a luta contra a violência e busca transmitir uma mensagem de empoderamento ou conscientização?

Instrumento de avaliação: Observação e questionamentos durante a discussão em grupo, autoavaliação e avaliações informais por meio de perguntas orientadas.

Criatividade e originalidade na produção artística:

Indicadores:

- O aluno utilizou de forma criativa os materiais disponíveis para criar uma obra impactante e que faz referência direta à violência do gênero?
- O aluno incorporou elementos simbólicos ou visuais que reforçam a denúncia e o empoderamento da mulher, como a proteção do rosto da mulher vítima de violência (conforme a frase de Carmen Lúcia)?
- A obra possui um nível de originalidade que consegue transmitir uma mensagem clara sobre o enfrentamento da violência contra a mulher?

Instrumento de avaliação: Avaliação do produto final (obra de arte), considerando a originalidade, o uso dos materiais e o impacto visual da mensagem transmitida.

Colaboração e trabalho em grupo:

Indicadores:

- O aluno participou do trabalho em grupo, contribuindo com ideias, conclusões e decisões para a criação da obra?
- O aluno demonstrou respeito pelas opiniões e ideias dos colegas e conseguiu contribuir para uma dinâmica de trabalho colaborativo?
- O grupo foi capaz de criar uma peça de arte coesa, que reflete a união dos esforços de todos os membros?

Instrumento de avaliação: Avaliação do processo colaborativo através de observação durante a atividade em grupo, com base em rubricas de cooperação, classificação de participação e divisão de responsabilidades.

Capacidade de expressão e comunicação através da arte:

Indicadores:

- O aluno foi capaz de usar a arte como uma forma de comunicação clara e emocional, transmitindo eficazmente a mensagem sobre a violência contra a mulher?
- A obra do aluno pode gerar reflexão e empatia sobre o tema da violência de gênero?
- O aluno conseguiu contextualizar a obra e a mensagem em um formato acessível e impactante, considerando a sensibilidade do tema?

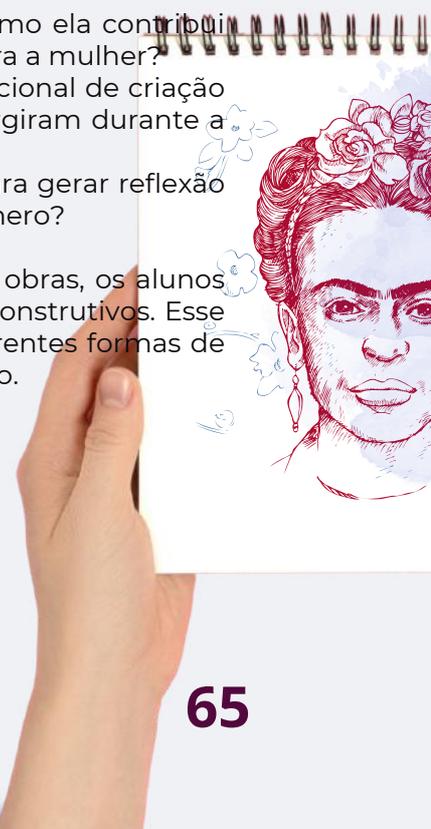
Instrumento de avaliação: Apresentação da obra de arte para a turma, onde o aluno deve explicar o significado, os elementos e a mensagem da sua criação. Avaliação de sua capacidade articular a obra com o contexto do projeto.

Exposição e discussão das obras:

Indicadores:

- O aluno foi capaz de refletir sobre o impacto de sua obra e como ela contribuiu para a conscientização sobre o enfrentamento da violência contra a mulher?
- O aluno conseguiu expressar o processo emocional e socioemocional de criação da obra, compartilhando sentimentos ou pensamentos que surgiram durante a criação?
- O aluno se mostrou capaz de avaliar o potencial de sua obra para gerar reflexão na comunidade escolar ou na sociedade sobre a violência de gênero?

Instrumento de avaliação: Avaliação por pares. Durante a exposição das obras, os alunos podem avaliar as produções dos colegas, destacando pontos positivos e construtivos. Esse processo de avaliação mútua pode incentivar o reconhecimento das diferentes formas de expressão artística e estimular um ambiente de aprendizagem colaborativo.



Material

Para desenvolver um projeto que integre arte e educação socioemocional com o objetivo de denunciar a violência contra a mulher, será necessário um conjunto de recursos materiais, adaptados as devidas realidades:

Materiais para confecção das obras :

- Papéis diversos (cartolina, papel kraft, papel para desenho)
- Tintas (guache, acrílica, tintas a óleo)
- Pincéis de tamanhos diferentes
- Lápis, canetas e marcadores
- Carvão, pastel ou giz de cera para desenhos e esboços
- Tesouras, cola, fita adesiva
- Pincéis e rolos de pintura
- Papéis reciclados ou materiais alternativos para criar texturas
- Cartazes grandes para exposição final
- Adesivos ou recortes de revistas para colagens

Montagem de molduras e painéis:

- Roupas ou tecidos (para montagem de painéis ou outras instalações)
- Molduras ou estruturas de apoio para montagem das obras de arte
- Exemplos de obras e imagens de artistas mulheres (como Frida Kahlo, Tarsila do Amaral, Beatriz Milhazes, entre outras)

Ferramentas de pesquisa e análise:

- Livros ou artigos sobre violência contra a mulher, feminicídio e a importância da arte na denúncia social
- Vídeos ou documentários sobre a luta das mulheres contra a violência de gênero
- Impressões de materiais e imagens de campanhas de conscientização sobre a violência contra a mulher

Recursos para apresentação:

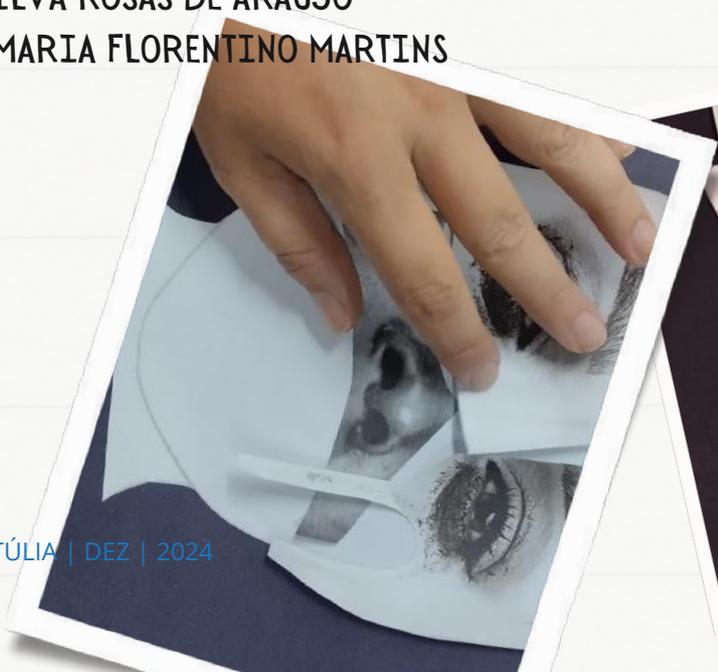
- Espaço para exposição das obras (mural, parede, sala de aula ampla)
- Suporte para fixação das obras (fita dupla face, pregos, ganchos ou cordas)
- Placas explicativas para a exposição (cartas pequenas com explicação sobre as obras)

Recursos audiovisuais :

- (para documentar a exposição e fazer registros em vídeo/fotografia)
- Equipamento de som (para criar um ambiente sensorial com música ou falas impactantes)
- Computadores ou tablets (para pesquisa de artistas e temas relacionados à violência de gênero)
- Câmeras ou celulares (para documentar os processos de criação e finalização das obras)
- Software de edição (caso os alunos queiram criar conteúdos digitais relacionados à exposição ou campanhas de conscientização)
- Redes sociais (para divulgar a exposição ou os projetos artísticos criados)

AS FACES DO FEMINICÍDIO

- BEATRIZ ARAÚJO COSTA
- ELISÂNGELA DO NASCIMENTO DE ARAÚJO
- ILKA DAYANE DE OLIVEIRA AMARANTE
- JESSY KELLY DA SILVA SANTOS
- MARIA KAROLINE ALMEIDA DO NASCIMENTO
- POLYANE MELISSA COUTINHO NOGUEIRA
- PATRÍCIA SILVA ROSAS DE ARAÚJO
- PRISCYLLA MARIA FLORENTINO MARTINS



GRANDES MULHERES

A primeira mulher a ir ao espaço



(1937)

SAIBA MAIS

Conheça mais
sobre a vida de
Valentina
Tereshkova



VALENTINA TERESHKOVA

Valentina Tereshkova foi uma astronauta russa que em 1963 foi a primeira mulher a viajar para o espaço.

Conquistou reconhecimento após sua missão e ingressou na carreira política.

Mesmo após 60 anos Valentina continua sendo a única mulher a ter realizado uma viagem espacial sozinha.



Violência contra a mulher no mercado de trabalho



CICATRIZES INVISÍVEIS:

*A realidade da violência contra
mulheres no mercado de trabalho*

Isabelle de Araújo Pires

A violência contra a mulher no Brasil é um problema estrutural que transcende os limites do ambiente doméstico, alcançando também o mercado de trabalho. Essa realidade perpetua desigualdades e impõe barreiras que limitam o potencial feminino. Muitas vezes, essas agressões ocorrem de maneira silenciosa, escondidas em contextos hierárquicos que dificultam a denúncia, tornando o enfrentamento ainda mais desafiador.

Dados alarmantes do Instituto Patrícia Galvão revelam que 76% das mulheres já enfrentaram algum tipo de violência no trabalho, incluindo agressões verbais, insinuações sexuais, convites indesejados e supervisão abusiva. A desvalorização também é uma forma de violência recorrente: 37% das mulheres têm suas contribuições ignoradas, enquanto 34% recebem remuneração inferior à de colegas homens para funções equivalentes. Ainda mais grave, há relatos de assédio sexual, agressões físicas e estupro, frequentemente agravados pela omissão das instituições empregadoras, das quais apenas 34% oferecem punições efetivas aos agressores.

Essa violência, entretanto, não se restringe ao ambiente profissional. Muitas mulheres carregam para o trabalho os impactos da violência doméstica, que afetam sua saúde mental e sua produtividade. Essa interseção entre diferentes formas de violência revela a necessidade de uma abordagem integrada e ações concretas para combater essas práticas, garantindo ambientes seguros e respeitosos.

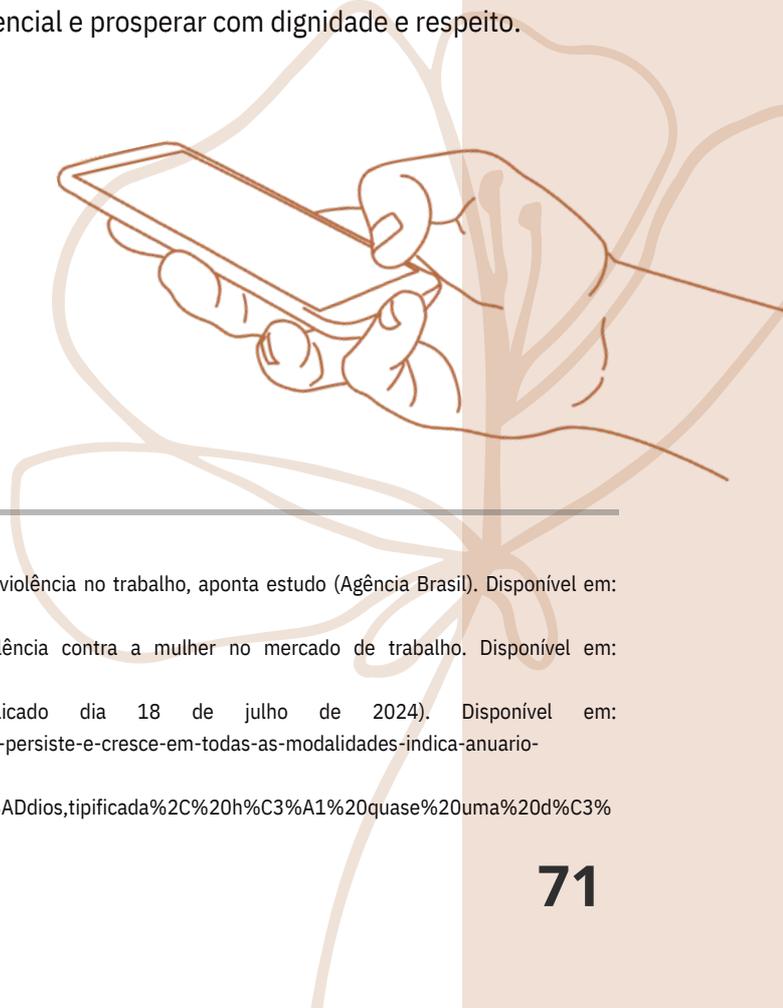
Escritora; Cientista da Felicidade com atuação em desenvolvimento humano e formação da pessoa; Doutora em Letras, Mestre em Linguagem; Pedagoga especialista em Neuropsicopedagogia; Empreendedora educacional.



Na Paraíba, os números também são preocupantes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 registrou um aumento no número de feminicídios no estado, refletindo um cenário nacional em que 1.467 mulheres foram assassinadas por razões de gênero – o maior número desde a promulgação da Lei do Feminicídio, em 2015. Esses dados evidenciam que a violência contra a mulher se manifesta em diversos espaços, desde o lar até o ambiente de trabalho, e reforçam a urgência de ações transformadoras que vão além das estatísticas.

Neste contexto, esta edição da Revista Tertúlia reúne reflexões potentes e inspiradoras de três autoras convidadas, que abordam diferentes dimensões da violência contra a mulher no mercado de trabalho. Josiplessis Barros Pontes Marques traz uma análise sensível e crítica em seu texto “Os atuais sofrimentos da mulher no mundo do trabalho”, abordando as várias faces da violência e desigualdade enfrentadas no dia a dia. Fabiana Medeiros Hiluey Agra, em “O poder transformador do potencial feminino”, ressalta o papel do empoderamento e da valorização do talento feminino como forças capazes de mudar essa realidade. Já Illian Narayama Rocha Oliveira, em “A arte e a reflexividade no combate à violência contra mulheres”, explora o uso da arte como ferramenta de conscientização e resistência, abrindo caminhos para a transformação social.

As reflexões presentes nesta edição não apenas denunciam as injustiças enfrentadas pelas mulheres, mas também apresentam perspectivas para a superação dessa realidade. Que esta leitura inspire a construção de um mercado de trabalho mais justo, equitativo e livre de qualquer forma de violência, onde mulheres possam exercer plenamente seu potencial e prosperar com dignidade e respeito.



Referências

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. 76% das mulheres já foram vítimas de violência no trabalho, aponta estudo (Agência Brasil). Disponível em: <https://www.patriciagalvao.org.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT-MS). Cartilha sobre violência contra a mulher no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.prt24.mpt.mp.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

TORY, Helena. Educação e Território. Reportagem. (publicado dia 18 de julho de 2024). Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/violencia-contr-a-mulher-persiste-e-cresce-em-todas-as-modalidades-indica-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/#:~:text=Brasil%20registra%20recorde%20de%20feminic%C3%ADdios,tipificada%2C%20h%C3%A1%20quase%20uma%20d%C3%A9cada>. Acesso em: 4 dez. 2024.

O poder transformador do potencial feminino

Fabiana Medeiros Hiluey Agra

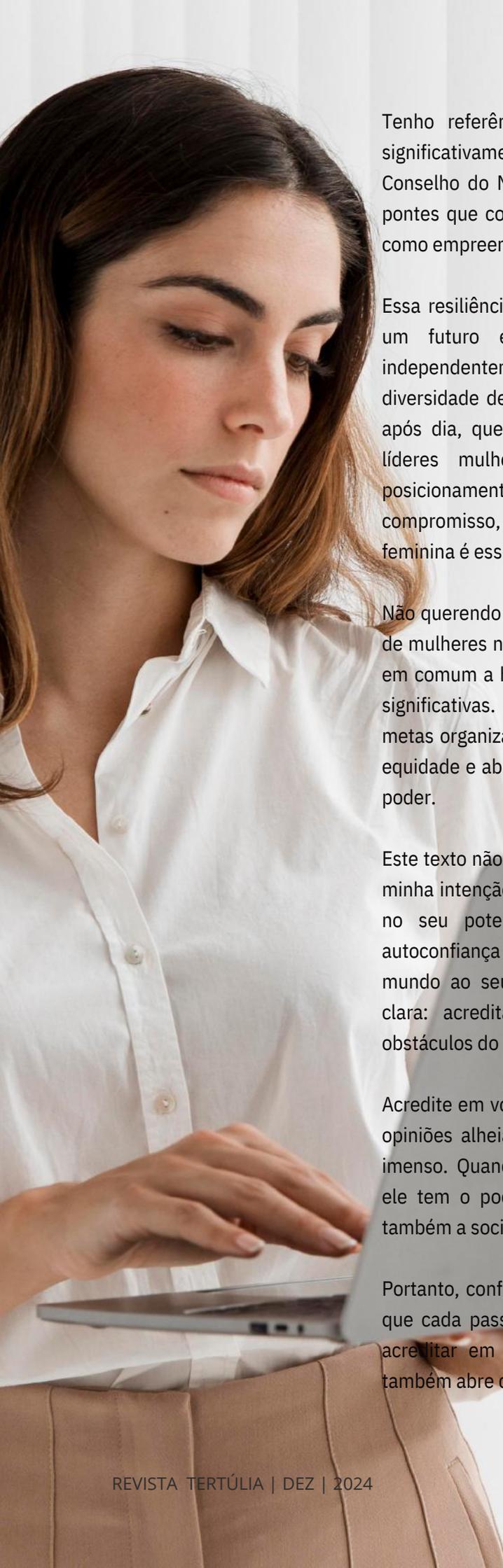
Por meados de setembro de 2024, um grande CEO de uma startup ligada a Educação Empreendedora, expressou em alto e bom tom sobre o papel da mulher no mercado de trabalho, em resposta à pergunta feita por um de seus seguidores no Instagram: "Se sua mulher fosse CEO de uma grande companhia, vocês estariam noivos?" Seguem trechos de sua fala: "Deus me livre de mulher CEO"; "Na média, essa não é o melhor uso da energia feminina", em outro trecho do post, seguiu: "Mulheres em cargos de liderança passam por um "processo de masculinização"; "salvo raras exceções".

A discriminação contra mulheres no mercado de trabalho e, principalmente em cargos de liderança, é um problema persistente, marcado por desigualdade salarial, barreiras à ascensão profissional e preconceitos de gênero.

Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam barreiras em diversas frentes, como diferenças salariais, dificuldades de ascensão profissional e preconceitos de gênero profundamente enraizados. O que aconteceu, neste caso real de insucesso do CEO, inicialmente mencionado neste texto, é que infelizmente, em alguns setores, ainda se questiona a capacidade das mulheres de tomar decisões críticas ou liderar equipes, um reflexo dos estereótipos que associam assertividade exclusivamente aos homens.

Na minha opinião, as causas desse cenário estão profundamente ligadas à cultura patriarcal, que ainda definem papéis tradicionais de gênero. Eu trabalho com inovação em uma grande empresa reconhecida como a maior escola técnica profissionalizante da América Latina, e sou líder de projetos de inovação de startups. Acredito muito que o nosso posicionamento diário, frente às inúmeras questões de desigualdade de gênero, desafios no desenvolvimento de carreira, disparidade salarial, ambientes corporativos hostis podem começar a mudar a partir do momento da nossa não aceitação e do nosso posicionamento e atitudes, mas não pelo fato exclusivo de gênero, mas pelo fato da nossa capacidade intelectual.

Mestre em Administração; Especialista lato sensu em Gestão Estratégica em Pequenas e Médias Empresas; Economista e Administradora. Supervisora do Núcleo de Inovação, Tecnologia e Projetos do SENAI PB, Agente Local de Inovação do Programa AMBEV para Lideranças de Ecossistema representando o Estado da Paraíba, com experiência em Desenvolvimento de Negócios Inovadores, atuando principalmente com: Ecossistemas de Inovação, Comunidade de Startups, Projetos de Subvenção Econômica, Empreendedorismo e Planejamento Estratégico, Modelagem de Negócios Inovadores, Educação Empreendedora e Técnica Profissionalizante; <https://www.instagram.com/fabianamedeyros/>
<https://www.linkedin.com/in/fabianahiluey/>.



Tenho referência de muitas mulheres inovadoras que me inspiram significativamente, a exemplo da Luiza Helena Trajano, Presidente do Conselho do Magazine Luiza. Ela não apenas rompe barreiras, mas cria pontes que conectam diferentes áreas do conhecimento de sua atuação como empreendedora, e é isso que faz a diferença.

Essa resiliência e visão transformadora são fundamentais para construir um futuro em que talento e criatividade sejam reconhecidos independentemente do gênero. Afinal, a inovação verdadeira nasce da diversidade de ideias e experiências, e as mulheres estão provando, dia após dia, que têm um papel central desta transformação. As grandes líderes mulheres têm se destacado em diferentes áreas com posicionamentos que inspiram e transformam. Com coragem, visão e compromisso, elas têm desafiado estereótipos e provaram que a liderança feminina é essencial para construir um mundo mais igualitário.

Não querendo mascarar a realidade, mas incorporar os grandes exemplos de mulheres no mercado de trabalho é o que me move. Essas líderes têm em comum a habilidade de usar suas posições para promover mudanças significativas. Elas mostram que liderança não é apenas sobre alcançar metas organizacionais, mas também sobre criar impacto social, fomentar equidade e abrir caminhos para que outras mulheres ocupem espaços de poder.

Este texto não é para apresentar um cenário de lamentação da situação, a minha intenção é de poder transmitir que você tem que confiar e creditar no seu potencial. Grandes mulheres líderes têm provado que a autoconfiança é o primeiro passo para alcançar o sucesso e transformar o mundo ao seu redor. Seus posicionamentos inspiram uma mensagem clara: acreditar no próprio potencial é essencial para superar os obstáculos do mercado de trabalho masculinizado.

Acredite em você, invista nos seus talentos e nunca deixe que dúvidas ou opiniões alheias limitem o seu caminho. O potencial de cada mulher é imenso. Quando direcionado com confiança, determinação e propósito, ele tem o poder de transformar não apenas a própria trajetória, mas também a sociedade ao seu redor.

Portanto, confie no seu potencial. Enfrente os desafios com a certeza de que cada passo conta para construir algo maior. Lembre-se de que, ao acreditar em si mesma, você não apenas transforma sua vida, mas também abre caminhos para outras mulheres seguirem.

Arte no combate à violência contra mulheres

Illian Narayama Rocha Oliveira

As mulheres historicamente são alvos de violência em diversos ambientes, inclusive no percurso histórico da própria Arte. Poucos são os registros de mulheres artistas nos grandes movimentos artísticos, um tema bastante debatido principalmente por pesquisadoras. É neste campo da arte que pretendo trazer uma reflexão sobre como a arte, enquanto meio de comunicação e poder de transformação, pode desencadear como uma forte aliada ao combate a violência contra a mulher, na construção de relações de fortalecimento feminino e na desconstrução de paradigmas e de estereótipos. Podendo ser utilizada para acessar e conectar mulheres além de sensibilizar e educativamente as pessoas no entorno.

Neste breve ensaio gostaria de abordar o tema “arte como instrumento de combate à violência contra mulher” através da experiência do grupo Flor do Barro, na comunidade artesã do Alto do Moura (Caruaru), no interior de Pernambuco. Conhecida como centro da arte figurativa brasileira em cerâmica, a comunidade é conhecida como o lugar de referência do afamado Mestre Vitalino e do Mestre Galdino. Com mais de trezentas famílias que vivem e sobrevivem da arte de fazer peças de barro, a história da comunidade reflete a invisibilização das mulheres como mestras e artistas. Destaco que esta tradição do fazer cerâmica foi passada pelas mães louceiras que faziam utilitários para vender na feira de Caruaru.



Imagem 1. "Nossa senhora protetora das loiceiras" de Nicinha Otilia (integrante do grupo Flor do Barro). Disponível em www.instagram.com/mestrani_cinhaotilia. Acessado em 20 de out de 2024.

Doutoranda em Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Artista Visual; Professora de Artes Visuais e Coordenadora de Pesquisa do Centro Estadual de Arte da Paraíba (CEARTE).

Assim como Mestre Vitalino, vários outros artesãos e artesãs aprenderam com suas mães e foram criando seus estilos e temas. Apenas na última década que este cenário, predominante masculino, tem se modificado através da retomada da história feminina pelas mulheres.

Esta invisibilização, por vezes silenciamento, de mulheres na história do Alto do Moura reflete tanto o protagonismo masculino em discussões políticas mais amplas quanto nas relações locais da própria comunidade. São formas de violência que, através da arte, mulheres têm agido e refletido suas dores, seus lugares e suas formas de ser. É nesta realidade que surge o grupo Flor do Barro, com o objetivo de dar maior visibilidade às mulheres artistas e artesãs.



Interessante perceber que o grupo Flor do Barro surgiu a partir de discussões sobre onde estavam as artesãs, artistas e mestras na história e representação do Alto do Moura. Por quê tinham apenas homens mestres, quando haviam grandes artistas mestras sem reconhecimento? Assim, organizaram a primeira exposição na associação da comunidade para produzirem as panelinhas de barro como faziam as mulheres mais antigas da comunidade para brincarem e comercializarem, referenciando os nomes e histórias de suas memórias. A partir desse evento outras mulheres se juntaram ao grupo e, atualmente, tem mais de 50 mulheres integrantes. Cotidianamente se reúnem para dialogar sobre suas produções artísticas, montarem exposições, se inscreverem em editais, falar sobre seus cotidianos e representarem a comunidade a visitantes. Curiosamente, em uma conversa com algumas mulheres deste grupo, fui impactada com as diversas histórias contadas como vítimas de violências, principalmente psicológica, frases como: “só pude participar do grupo depois que eu me separei, e não me arrependo, estou muito feliz em voltar a produzir minhas peças”; “Ele nunca que deixaria eu sair de casa para fazer isso”; “Eu sofri muito, e hoje eu consigo me ver novamente, este grupo foi minha salvação”.

Mulheres que se conectaram por suas dores e euforias em fazer arte para sobreviverem e viverem mais felizes. Expondo suas dores, expressando suas vontades pela primeira vez ou retornando a ser quem são. Aqui, o caminho artístico proporciona a essas mulheres encontros, motivações e libertação de uma vida de violência, repressão e exclusão social.

Dentre as ações do grupo destaco as exposições em que retratam bem seus cotidianos, suas fugas e curas através do processo artístico. Dessa forma, as mulheres do grupo Flor do Barro criam espaços reflexivos no combate à violência e repressão às mulheres. São exposições abertas ao público, dentro e fora da comunidade, que repercutem e significam suas conquistas, como elas mesmo falam: “juntas somos fortes, esse grupo é uma libertação”.

É neste sentido de liberdade que a mobilização artística da Flor do Barro sensibiliza e inspira, como espaço produção para ações artísticas onde são convidadas a criarem peças figurativas e se inspiram em suas próprias vidas, memórias e condições cotidianas. Entre conversas e planos, criam refletindo suas próprias subjetividades que se relacionam coletivamente. Por sua vez, as próprias obras entrelaçam e escoam da comunidade refletindo e modificando estereótipos sociais sobre mulheres que passam da subserviência para seus sonhos e protagonismo feminino.

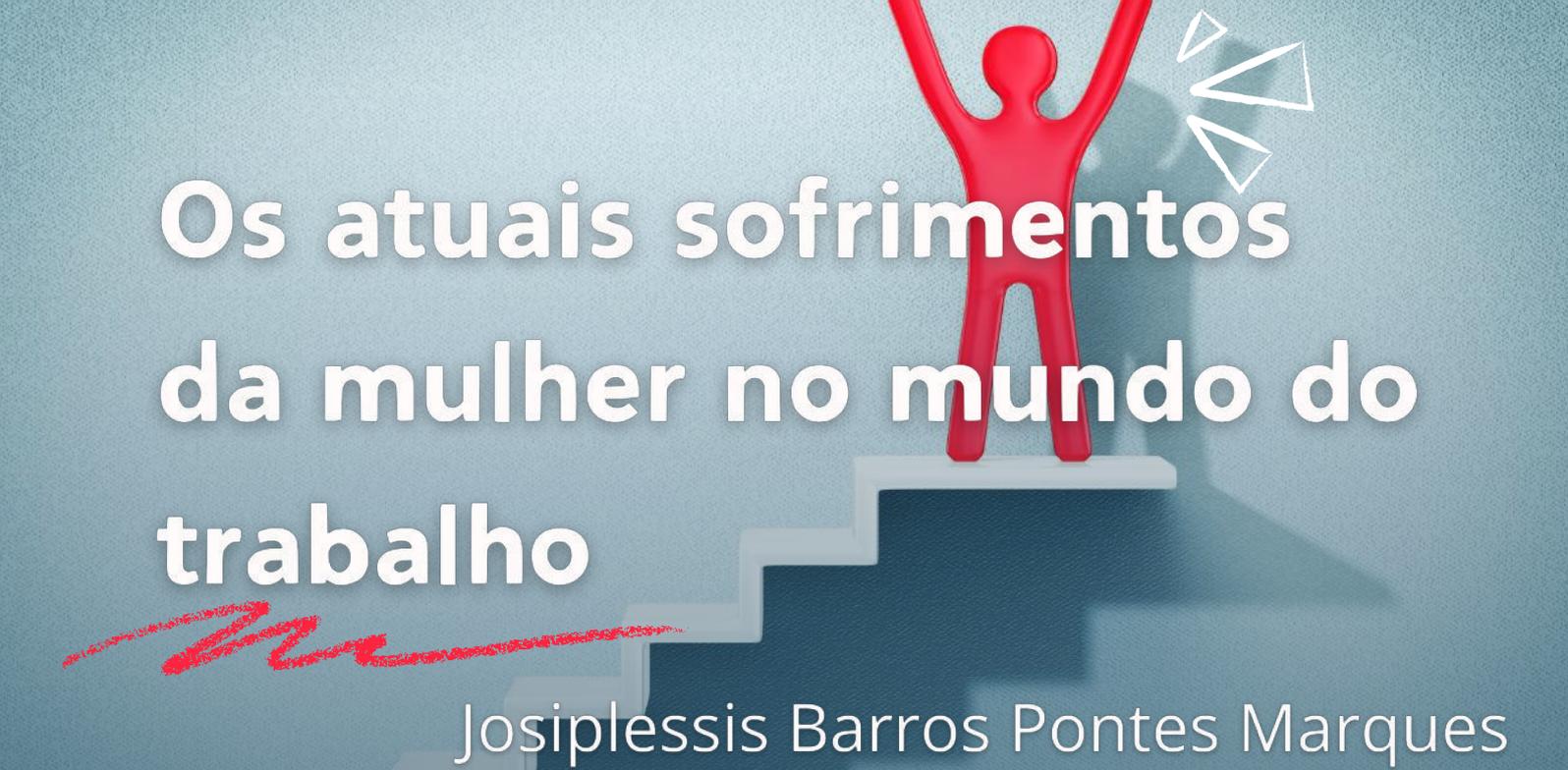


Associação de Mulheres Artesãs Flor do Barro

Criada em 2014, inicialmente como um grupo de mulheres, a Flor do Barro foi formada por amigas de infância, nascidas e criadas à beira do rio Ipojuca, no Alto do Moura. A motivação inicial delas foi a valorização do trabalho feminino, porém essas mulheres também comprometeram-se em revigorar as tradições do artesanato figurativo e repassar o conhecimento do ofício do artesanato em barro para as gerações mais jovens.

Ajuando a partir de um forte senso de cooperação, comprometimento, alto nível de consciência e iniciativa, a Associação de Mulheres Artesãs Flor do Barro busca, através da arte em cerâmica, trazer um despertar à comunidade sobre a importância da manutenção do ofício artesanal além de tentar estabelecer novos parâmetros para a relação do Alto do Moura com o artesanato desenvolvido pelas mulheres.





Os atuais sofrimentos da mulher no mundo do trabalho

Josiplessis Barros Pontes Marques

Nas últimas décadas, as mulheres conquistaram avanços significativos no mercado de trabalho, ocupando posições antes exclusivas dos homens. Contudo, ainda enfrentam desafios profundos que refletem desigualdades estruturais, sociais e culturais. Esses sofrimentos se manifestam de diversas formas, desde o adoecimento mental que refletem o aumento de afastamento das suas funções laborais para o tratamento de depressão, transtornos de ansiedade, síndrome de burnout e ainda sofrem disparidades salariais, assédios sexuais, morais e exclusões, números que indicam que o ambiente corporativo exige gestões mais igualitárias e humanitárias, para que transformações urgentes aconteçam para as trabalhadoras.

Um dos mais significativos sofrimentos enfrentados pelas mulheres no mundo do trabalho ainda é a disparidade salarial. Dados de órgãos como a ONU e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que, globalmente, as mulheres recebem em média 20% menos do que os homens para desempenhar funções idênticas. Isso também ocorre em setores onde elas representam a maioria, como nas áreas da educação e saúde, evidenciando a persistência de estigmas e subestimação do gênero feminino. A baixa validação e reconhecimento do trabalho da mulher também se reflete no pequeno índice de mulheres em cargos de liderança. Estatísticas mostram que menos de 25% das posições de CEO em grandes empresas globais são ocupadas por mulheres. Essa sub-representação em posições de destaque e funções estratégicas reforça claramente a percepção de que o ambiente corporativo privilegia os homens, mesmo quando algumas mulheres têm habilidades sócio-emocionais (soft skills) e qualificações técnicas (hard skills) equivalentes ou até superiores que seus colegas do gênero masculino.

Psicóloga Clínica e Organizacional-UEPB. Mestrado em Organizações e Recursos Humanos-UFPB. Especialista em Neuropsicologia - UNIPE-PB. Especialista em Dinâmica de Grupos- CDG-PE. Formação em Terapia Comportamental Cognitiva em Saúde Mental IPq HC-FMUSP. Palestrante nas áreas Comportamentais e Gestão de Pessoas.

Outro grande desafio é a chamada “tripla jornada” feminina, que combina seu trabalho formal, tarefas domésticas e cuidados com sua família. Estudos apontam que, em média, as mulheres dedicam mais de quatro horas diárias às atividades domésticas, enquanto os homens contribuem com cerca de duas horas.

Essa desigualdade de responsabilidades impacta a saúde mental e física das mulheres, limitando sua capacidade de investir na carreira e no desenvolvimento profissional. Observou-se inclusive que na pandemia de COVID-19 acentuou-se essas dificuldades, levando muitas mulheres a abandonar o mercado de trabalho para cuidar da casa, filhos e familiares doentes. Todo esse panorama reforça a necessidade de políticas públicas que promovam mais equidade, como um número maior de creches e licenças específicas para mães atípicas que são responsáveis pelos cuidados de filhos neurodivergentes.

O assédio sexual e moral é outro fator que intensifica o sofrimento das mulheres no mercado de trabalho. De acordo com um relatório da OIT, cerca de 40% das mulheres relatam que já enfrentaram algum tipo de assédio no ambiente laboral. Esse comportamento pode desencorajar a permanência de muitas mulheres em determinados setores, especialmente aqueles dominados por homens, como engenharia, construção civil e tecnologia.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou uma pesquisa entre os dias 22 de novembro e 17 de dezembro de 2021, sobre a prática de assédio e discriminação no ambiente laboral do Poder Judiciário. Como resultado as mulheres são mais assediadas (11,8%) do que os homens (9,3%) e que o assédio moral é o mais praticado (74,1%), sendo que os agressores, em 74,4% dos casos, naturalmente são seus superiores hierárquicos.



Os números da sondagem também mostram que poucas pessoas assediadas ou discriminadas denunciam o ocorrido (13,9%) por acreditarem que não serão tomadas providências contra os agressores (49,1%) ou por medo de sofrer represálias (48%). A violência de gênero no trabalho também se manifesta em formas sutis, como a exclusão de mulheres de projetos importantes, a falta de mentorias, e a perpetuação de uma cultura de trabalho hostil. Esses fatores dificultam a progressão de carreira e criam um ambiente psicológico tóxico e abusivo

Avanços e soluções possíveis

Apesar das adversidades, avanços importantes têm sido registrados. Movimentos e organizações não governamentais têm promovido maior conscientização sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Iniciativas como as campanhas “Equal Pay Day” e “Me Too” têm trazido visibilidade às lutas por equidade salarial e contra o assédio. Governos e empresas também têm implementado políticas de diversidade e inclusão, como cotas para mulheres em conselhos administrativos e treinamentos sobre vieses inconscientes. Porém é importante que essas ações sejam acompanhadas por mudanças históricas, socioculturais profundas que desafiem esta discriminação estrutural e promovam o respeito entre pares.

Para avançar, é fundamental que órgãos dos governos, empresas privadas e a sociedade como um todo se comprometam com estas mudanças estruturais e culturais. Sendo assim poderemos vislumbrar um mercado de trabalho mais inclusivo, onde as mulheres possam desenvolver seus potenciais de forma plena, livres de discriminações e perseguições.

Referências

FORBES, Mulheres CEOs: 50 líderes à frente das maiores empresas do Brasil e do mundo.2024.Disponível em: <<https://iniciativaempresarial.com.br/mulheresceos/>> Acesso em: 08 dezembro de 2024

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Mulheres ganham 20,7% menos que homens em empresas com mais de 100 funcionários, aponta 2º Relatório de Transparência Salarial. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Setembro/mulheres-ganham-20-7-menos-que-homens-em-empresas-com-mais-de-100-funcionarios-aponta-2deg-relatorio-de-transparencia-salarial>> Acesso em: 07 dezembro de 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.CNJ divulga resultado de pesquisa sobre Assédio e Discriminação no Poder Judiciário. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2022/junho/cnj-divulga-resultado-de-pesquisa-sobre-assedio-e-discriminacao-no-poder-judiciario>> Acesso em: 07 de dezembro de 2024.

VOCÊ CONHECE A ?

Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da UFPB (COMU)

A CoMu é:

- voltado para mulheres que **estudam, trabalham e convivem** na UFPB.
- fruto da reivindicação das mulheres **organizadas da UFPB** que, historicamente, sofrem diversas violências no ambiente acadêmico.
- um **espaço pioneiro nas universidades federais do Norte-Nordeste**, que acolhe, orienta e promove ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres na UFPB.

 @comuufpb



café poente

Encontro combina com

Café

leitura

conversa

amigos

tertúlia

Esse é o nosso
jeito de reunir os
apaixonados pela
leitura.



REVISTA TERTÚLIA | DEZ | 2024

Trecho do Poema

"Eu me levanto", de Maya Angelou

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me
levantar.
[...]

Você pode me fuzilar com as suas palavras,
Você pode me cortar com os seus olhos,
Você pode me matar com o seu ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me
levantar
[...]

Maya Angelou - escritora,
poetisa e ativista americana.
Trouxe grandes contribuições à
literatura e lutou em prol dos
direitos civis, além de ser uma
forte defensora da valorização e
empoderamento das mulheres.



TAPA, EMPURRÃO E VIOLÊNCIA VERBAL

NÃO SÃO EXPRESSÕES DE AMDR. Ligue 180



tertúlia

*Eu sou uma mulher fenomenal.
É isso que sou.*

Maya Angelou